

**LEILA LOURENÇO**

**DE MARAJÁ  
A INCOMPETENTE**

**A CONSTRUÇÃO DE UMA IMAGEM DE  
FUNCIONÁRIO PÚBLICO NA IMPRENSA  
CATARINENSE (1989 A 1998)**

**FLORIANÓPOLIS  
2000**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA

# De **marajá** a **incompetente**

A construção de uma imagem de  
funcionário público na imprensa  
catarinense (1989 a 1998)

LEILA LOURENÇO

ORIENTADOR: PEDRO DE SOUZA

FLORIANÓPOLIS  
2000

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA

# De marajá a incompetente

A construção de uma imagem de  
funcionário público na imprensa  
catarinense (1989 a 1998)

LEILA LOURENÇO

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Lingüística da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Lingüística.

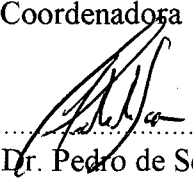
(Área de concentração: Teoria e Análise Lingüística)

FLORIANÓPOLIS  
2000

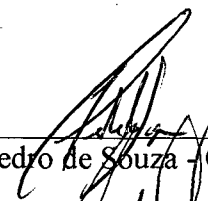
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS/LINGÜÍSTICA  
NÍVEL MESTRADO

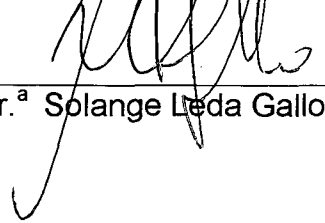
A comissão examinadora, abaixo assinada, aprova a dissertação De marajá a incompetente: construção de uma imagem de funcionário público na imprensa catarinense (1989 a 1998) elaborada por LEILA LOURENÇO como requisito parcial para a obtenção do grau de MESTRE EM LINGÜÍSTICA.

  
.....  
Prof. Dr. Loni Grimm Cabral  
Coordenadora

  
.....  
Prof. Dr. Pedro de Souza  
Orientador

COMISSÃO EXAMINADORA:

  
-----  
Prol Dr. Pedro de Souza - Orientador

  
-----  
Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Solange Leda Gallo

  
-----  
Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Terezinha Junkies

Florianópolis, 17 de fevereiro de 2000.

# Agradecimentos

Durante o processo de concepção e construção deste texto, senti-me, muitas vezes, solitária, principalmente no exercício da função da escrita, ao mesmo tempo, percebia o quanto este trabalho seria fruto de um processo coletivo. Retirando este coletivo do anonimato, minha singela gratidão:

À amiga Marli (Liii ) que acreditou na minha capacidade, incentivando-me, com seu exemplo, a me aventurar no mestrado, em terras florianopolitanas, tendo, pela primeira vez, a oportunidade de freqüentar uma universidade pública, que luta para continuar gratuita e competente;

Ao meu orientador, Pedro de Souza, por ter aceitado a proposta temática, bem como pela orientação, que foi fundamental para o resultado final deste texto;

Aos trabalhadores e trabalhadoras do setor público, da Biblioteca Estadual de Santa Catarina, que durante três(03) meses (julho/agosto/setembro/99) facilitaram minha consulta ao acervo dos jornais pesquisados;

À Secretaria Municipal de Educação de Criciúma (gestão 1997/2000) pelo incentivo ao aprimoramento dos profissionais em educação, e por minha liberação para cursar a Pós-Graduação em Lingüística, nível mestrado;

Ao povo brasileiro, que indiretamente contribui financeiramente para a existência da CAPES, órgão que, parcialmente, financiou esta pesquisa;

Aos professores, funcionários e colegas do Curso de Pós-Graduação em Lingüística, pelo acolhimento profissional e amigo;

Ao amigo Alcides (Cido), pelo incentivo e leitura amiga deste texto;

À Geane, que veio a ampliar o universo de amigos, pelos momentos de solidariedade, desabafos e encorajamento no decorrer de toda a pesquisa;

Aos novos amigos e companheiros de república, em Florianópolis, Eliane, Vanderlei, Luzia e Reinaldo, pela solidariedade e partilha de momentos de nossas vidas;

À amiga Josiane, apoio em todas as horas.

Ao meu amado núcleo familiar, D.Pedra, Márcia, Valter, Sandro, minha cunhada Tânia, sobrinhos Amanda e Ramom, que tudo fizeram para que eu estudasse com muita tranquilidade;

Ao Celso, amor e companheiro, que, indiretamente, também vivenciou muitas das etapas desta pesquisa. Sua presença sempre trouxe muito amor, apoio, paciência, incentivo, solidariedade...

Ao Deus-Trindade, força espiritual em todos os momentos de minha vida.

# Sumário

<b>Introdução</b> .....	01
<b>Capítulo 1</b>	
<b>O fundacional e o fundador como efeitos de memória</b> .....	09
1.1. O discurso fundacional .....	13
1.2. Discurso fundador em FHC .....	19
<b>Capítulo 2</b>	
<b>O funcionalismo público depreciado: as condições de elegibilidade de Collor</b> .....	24
2.1. As designações constituindo o discurso fundacional .....	28
2.2. O modo político .....	30
2.2.1. Marajá: uma designação além fronteiras .....	33
2.3. O modo jurídico ou jus-político .....	41
2.4. As predicções constituindo o discurso fundacional .....	49
2.5. Designações e predicções no discurso fundacional: agindo para a construção de um futuro .....	52
<b>Capítulo 3</b>	
<b>O desaparecimento do “funcionário público”: as condições de governabilidade de/em FHC</b> .....	55
3.1. Deslocamentos das designações: funcionamento no discurso fundador tendo em vista o desaparecimento da forma-sujeito “funcionário público” .....	59
3.2. O Estado Moderno constituindo-se a partir do desaparecimento da forma-sujeito “funcionário público” .....	62
3.3. Resistências: a relação de forças em confronto com a “ordem discursiva” vigente .....	70
<b>Conclusão</b> .....	72
<b>Referências Bibliográficas</b> .....	77

# Resumo

A temática "funcionário público" ocupou grande destaque na imprensa escrita, principalmente na década de 90. A imprensa escrita tem sido um dos grandes "carros-chefes" na formação da opinião pública sobre esta temática. A todo momento, lia e ouvia discursos que consideravam o setor público brasileiro "ineficiente" e, conseqüentemente, apontavam o funcionário público como o maior responsável por isso. Assim, foram surgindo os seguintes questionamentos: Por que, de repente, esta temática estava insistentemente presente nos veículos de comunicação produzindo certos "sentidos" e certos "efeitos"? Como se dão os funcionamentos discursivos em que um certo sentido se cristaliza em detrimento de outros possíveis e dizíveis? A partir de que lugares estes enunciadores enunciam?

Como objeto de análise desta pesquisa, utilizo os discursos que circulam no jornal *O Estado* e *O Diário Catarinense*, levando em conta dois aspectos que considero extremamente relevantes para a formação da opinião pública: a tradição e a tiragem.

Sob o enfoque da Análise de Discurso de linha francesa, *De marajá a incompetente: a construção de uma imagem de funcionário público na imprensa catarinense (1989 a 1998)* tem por objetivo analisar o funcionamento das designações/nomeações, assim como observar as predicções nas enunciações jornalísticas sobre o sujeito do trabalho do setor público, buscando identificar uma relação possível entre a materialidade da linguagem (lingüístico e o histórico) e a disseminação de uma imagem de "funcionário público".



# Abstract

The theme "public official", occupied a great distinction in the press, specially on nineties. The press has been one of "the most responsible" about this formation of public opinion related to this theme. At every moment, discourses about "the insufficiency" of the Brazilian public sector, was read and heard and consequently, the public official, was the most responsible for this situation. Thus, some considerations, were emerging: Why, suddenly, this theme was insistently present on the communication vehicles, producing certain "senses" and certain "effects"? How does operate the discursive functioning in which a certain sense become crystalline to the advantage of the others possible and meaningful ones? From what places these enunciators, announce?

As object of analysis of this research, I make use of the discourses that circulate in the journals *O Estado* and *Diário Catarinense*, taking into account two aspects which I consider extremaly relevant to a formation of public opinion: the tradition and the printing (circulation).

Under the focus of the French line Discourse of Analysis, *From maharajah to incompetent: the elaboration of na image of public official on the catarinense press (1989 to 1998)* has the intention to analyse the functioning of designations/nominations, in the same way that observes the predications in the journalistic enunciatons about the individual from the public sector, searching to identify a possible connection between the materiality of the language (linguistic and the historic) and the dissemination of an image of "public official".

# Introdução

*Poucos assuntos são tão comentados e,  
ao mesmo tempo tão desconhecidos como  
o caso da noção de funcionário público.  
( Adilson Dallari )*

Penso que o processo de escritura está ligado a escrevermos sobre aquilo que nos desafia, instiga e que, de alguma forma, possa contribuir para um "outro olhar" sobre a realidade, o tempo histórico em que vivemos, as práticas sociais e ideológicas em que estamos inseridos, percebendo sempre que o sentido pode ser outro.

No que tange à linguagem, essa perspectiva de trabalho irrompe com a linha teórica da Análise de Discurso<sup>1</sup> francesa, quando o político<sup>2</sup> na linguagem adquire um novo estatuto.

**De marajá a incompetente: a construção de uma imagem de funcionário público na imprensa catarinense (1989 a 1998)** tem por objetivo mostrar e analisar o funcionamento das designações/nomeações; assim como observar predicções nas enunciações jornalísticas sobre o sujeito do trabalho do setor público, no *Diário Catarinense* e em *O Estado*, de 1989 até 1998, buscando identificar uma relação possível entre a materialidade da linguagem (duplo aspecto: o lingüístico e o histórico) e a disseminação de uma imagem de "funcionário público"<sup>3</sup>.

A temática "funcionário público" ocupou grande destaque na imprensa escrita brasileira, principalmente na década de 90. A opção por este assunto se deu em função de que, a todo momento, lia e ouvia discursos que consideravam o setor público brasileiro "ineficiente" e, conseqüentemente, apontavam o funcionário público

---

<sup>1</sup> Doravante AD.

<sup>2</sup> Conforme Orlandi (1990:49), "A linguagem é política porque o sentido sempre tem uma direção, é sempre dividido".

<sup>3</sup> Esta designação está sendo utilizada conforme uso e senso comum que ainda predomina na sociedade brasileira. Ou seja, todos aqueles que trabalham no setor público. Atualmente, o discurso jurídico usa a designação "servidor público", não importando se o vínculo é estável ou temporário. Nos capítulos que se seguem, a designação será problematizada.

como o maior responsável por isso. Sendo funcionária pública municipal, não me identificava com esta imagem, e entendia a necessidade de questionar as "evidências", analisando as representações e percebendo que estas têm muito a ver com o plano ideológico. Assim, foram surgindo os seguintes questionamentos: Por que, de repente, esta temática estava insistentemente presente nos veículos de comunicação, produzindo certos "sentidos" e certos "efeitos"? Como se dão os funcionamentos discursivos em que um certo sentido se cristaliza em detrimento de outros possíveis e dizíveis? A partir de que lugares estes enunciadores enunciam?

Percebi que a escolha de trabalhar com discursos jornalísticos, deu-se, principalmente, por se tratar de uma tentativa de questionar o estatuto dos discursos que se colocam como "verdadeiros". Como afirma Foucault (1992:12):

A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua "política geral" de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; (...) os procedimentos que são valorizados para obtenção de verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro.

Então, buscarei trabalhar com os recortes discursivos que aparecem nos jornais, no sentido de "ver historicamente como se produzem efeitos de verdade no interior de discursos que não são em si nem verdadeiros nem falsos." (*idem*:7), principalmente, porque os discursos que circulam nos jornais procuram constituir seu **lugar de enunciação**<sup>4</sup> como aquele em que a "verdade" se faz presente.

---

<sup>4</sup> Sob a perspectiva discursiva, sugiro a leitura do livro de Bethania Mariani (1998): *O PCB e a Imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais(1922-1989)*. A autora, de forma brilhante, no capítulo intitulado "A eficácia da imprensa sobre o político, trata do discurso jornalístico sobre e seu funcionamento.. Sugiro ainda, a leitura do livro de Fernando Moraes (1994) *Chatô: o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand* para quem quer conhecer um pouco mais sobre os "bastidores" da mídia brasileira. Esta obra apresenta uma abordagem jornalística.

Santa Catarina, atualmente, possui três jornais diários com nome reconhecido no estado: A Notícia, O Estado e Diário Catarinense. Como objeto de análise, utilizei os discursos produzidos nos dois últimos, levando em conta dois aspectos que considero extremamente relevantes para a formação da opinião pública: a tradição e a tiragem.

O jornal *O Estado*, fundado em 1915, é conhecido como "o mais antigo diário de Santa Catarina". Na década de 70, segundo Pereira (1992), viveu o seu apogeu, passando por crises na década de 90. Apresenta-se sob o formato tradicional (standard). Sustenta sua discursividade em torno da "tradição", de pertencer à "gente catarinense".

O *Diário Catarinense* pertence a um grupo do Rio Grande do Sul, que forma a Rede Brasil Sul de Comunicações (RBS). Começa a circular em maio de 1986, e hoje tem a maior circulação no estado, apresentando-se no formato tabloíde.

Os procedimentos utilizados para a realização da pesquisa foram os seguintes:

- a) levantamento temático (não quantitativo), recortando a matéria, independente de tipologia textual (artigo, editorial, reportagem), levando em conta inclusive o título que tratasse do tema;
- b) a partir dos recortes temáticos, constituí uma nova série de recortes com base no levantamento das formas lingüísticas de designação de *funcionário público*, ou seja, como estes eram referidos ou nomeados;
- c) segui a orientação utilizada por Zoppi-Fontana (1996), estudando a maneira como a questão do "funcionário público" era tematizada na imprensa catarinense, e ainda observando como o assunto era analisado pelo discurso jurídico. Para proceder à análise, caracterizei, nos termos de Zoppi-Fontana, os processos de designação como relações semânticas

instáveis, produzidas pelo cruzamento de diferentes posições de sujeito, a partir das quais um sentido apaga outros possíveis/dizíveis. No caso específico, sempre com a finalidade de observar o modo de nomeação ou designação do “funcionário público” e o processo discursivo que o sustentava relativamente à posição de sujeito governista, no período Collor de Mello, e em seguida, no período Fernando Henrique Cardoso.<sup>5</sup>

A temática será trabalhada sob o enfoque discursivo<sup>6</sup>, que tem como suporte a teoria da Análise de Discurso de linha francesa, conforme Orlandi (1996:22):

cuja filiação teórica principal se inicia nos anos 70 com M. Pêcheux - como ocupando-se da **questão do sentido**, instituindo assim o que, em nossos dias, se têm chamado de **semântica discursiva** (teoria do discurso): a que se ocupa da **determinação histórica dos processos de significação** (grifos meus)

Nesse sentido, Pêcheux (1975) afirma: “Não há **discurso** sem sujeito e não há **sujeito** sem **ideologia**: o indivíduo é **interpelado** em sujeito pela ideologia e é assim que a **língua** faz sentido” (*grifos meus*). A partir dessa afirmação, apresentarei

---

<sup>5</sup> O período Collor contempla o tempo anterior à sua posse de presidente(1989) até o seu *impeachment* (1992). O governo pós-Collor, quando Itamar assume a presidência, como período FHC (ou emergência de). O termo governo restringe-se à gestão administrativa, respectivamente.

<sup>6</sup> Considero importante ressaltar que existe muito pouca literatura que discuta questões sobre o tema “funcionário público”. Encontrei no discurso jurídico uma grande variedade de obras que apresentam somente as leis que normatizam o serviço público, os direitos e deveres de seus trabalhadores etc., com exceção de DALLARI (1989), onde a abordagem extrapola a questão jurídica. No discurso da Sociologia, encontrei FRANÇA (1993) que justifica a existência de poucos estudos sobre este sujeito do trabalho: “A ausência de estudos sistemáticos que busquem aprofundamento teórico e metodológico no campo das Ciências Sociais é, provavelmente, a maior responsável pela permanência de mitos e lugares-comuns sobre o funcionário do Estado. A imagem popular ganha ares de verdade científica: rotina, ineficiência, desinteresse(...) o que vale aqui é ressaltar que eles[ estereótipos] têm dificultado em muito a possibilidade de uma aproximação não preconceituosa da categoria”. (11)

sucintamente, alguns conceitos que estarei utilizando no decorrer do trabalho.

### **Língua / discurso**

Muitos teóricos da linguagem entendem a língua como um sistema abstrato, ideologicamente neutro, ou a vêem como código, tendo função puramente informativa, comunicativa. Para Pêcheux, devemos renunciar à concepção de língua(gem) como instrumento de comunicação, o que não quer dizer que ela não sirva para comunicar, mas que este aspecto é somente parte emersa do iceberg. Para romper com a concepção instrumental de língua(gem), Pêcheux faz intervir a noção de discurso, sendo ele o ponto de articulação dos processos ideológicos e dos fenômenos lingüísticos. Assim, o discurso é definido não como instância transmissora de informações, mas como "efeitos de sentidos entre locutores", trazendo para a linguagem a questão de sua materialidade, sob o duplo aspecto: o lingüístico e o histórico.

### **Ideologia-interpelação ideológica-sujeito**

Discursivamente, a noção de ideologia é entendida não enquanto ocultação, mascaramento de uma realidade ou verdade, nem como representação do mundo. No dizer de Orlandi (1996:30), "ideologia não é 'X' mas o mecanismo de produzir 'X' [...] Diante de qualquer objeto simbólico 'X', somos instados a interpretar o que 'X' quer dizer? Nesse momento a interpretação aparece-nos como conteúdo já lá, como evidência, o sentido desse 'X'". Em outras palavras, a ideologia tem a ver com a interpretação de sentido em determinada direção, "sendo função necessária entre linguagem e mundo" (9). É por meio da ideologia que ocorre a **interpelação ideológica**, isto é, o sujeito se identifica, assume determinadas posições discursivas, sociais, pensando ser o "senhor" delas, daí a relação, em AD, entre a ideologia (tese

althusseriana) e o inconsciente lacaniano, sendo uma estrutura que se impõe ao sujeito sem necessariamente ter de passar pela consciência. A interpelação ideológica é uma crítica ao teatro da consciência. Conforme Pêcheux (1975:152):

Contentar-nos-emos em observar que o caráter comum das estruturas-funcionamentos designadas, respectivamente, como **ideologia e inconsciente** é o de dissimular sua própria existência no interior mesmo do seu funcionamento, produzindo um tecido de evidências "subjetivas", devendo entender-se este último adjetivo não como "que afetam o sujeito, mas "nas quais se constitui o sujeito.

Por meio da ideologia, a evidência ou transparência da linguagem/sentido aparece como se fosse algo "natural" e não histórico, efeito este produzido por dois esquecimentos: 1) Ser origem e fonte de seu dizer; 2) Ser aquele que seleciona e determina o que vai dizer, sendo que o que disse só poderia ser daquele jeito.

Assim, o sujeito discursivo é entendido como a não coincidência entre o eu da existência e o eu da consciência, como dispersão, apesar de ter a impressão de ser Um. O efeito de evidência de ser UM é resultado do duplo esquecimento anteriormente citado. O sujeito discursivo é entendido enquanto uma "posição" entre outras \_ a posição de professor, de aluno, de pai. Por meio da interpelação ideológica, o sujeito identifica-se com determinadas formações discursivas, que caracterizam a forma-sujeito ou sujeito do saber de determinadas posições discursivas, que são históricas ou constituem uma temporalidade histórica. É um sujeito determinado (submisso) e ao mesmo tempo livre.

### **Imaginário/imagem**

A noção de imaginário em AD tem a ver com a posição que não há relação direta entre mundo e linguagem. No dizer de Orlandi (1996:30): "Há em toda língua

mecanismos de projeção para que se constitua essa relação entre situação - socialmente descritível - e a posição dos sujeitos, discursivamente significativa". Assim, trabalhar-se-á, em AD, com as formações imaginárias, que se constituem a partir de relações sociais, e estas têm a ver com as formações ideológicas, no sentido althusseriano de que a ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência, ou seja, homens e mulheres representam não as suas condições reais de existência, mas as suas relações com as condições reais de existência.

Após resumida apresentação de algumas noções trabalhadas em AD, pode-se dizer, a partir de Indursky (1997:30):

(...) a AD inscreve-se em um campo epistemológico interdisciplinar, ["entremeio"] o que faz com que sua relação com estes campos de conhecimentos seja sempre crítica: do **Marxismo**, interessa-lhe saber como se dá o encontro do ideológico com o lingüístico; da **Lingüística**, procura descrever os funcionamentos responsáveis pela produção de efeitos de sentidos, considerando a língua como processo; na **enunciação**, vai procurar o sujeito, mas interessa-se por um sujeito dotado de simbólico e imaginário, cujo discurso mostra as condições de sua produção. (grifos meus)

Esta pesquisa busca inscrever-se dentro desta perspectiva teórica de trabalho, e está dividida em três capítulos:

No primeiro, *O fundacional e o fundador como efeitos da memória*, desenvolvo uma teorização em torno dos discursos fundacional e fundador, fundamentando-os como dois modos de funcionamento da memória discursiva.

Em *O funcionalismo depreciado: as condições de elegibilidade de Collor*, apresento a discussão de que a emergência de um discurso depreciativo sobre o "funcionário público" tem como cenário o surgimento da candidatura Collor,



apontando para a modalidade enunciativa em termos de uma **elegibilidade**, que age de fora, antes e depois de sua eleição para a presidência do Brasil. Essa depreciação se dará enunciativamente em vistas de uma separação entre o "bom" funcionário e o "mau" funcionário, dentro da modalidade fundacional.

No terceiro e último capítulo, *O desaparecimento do "funcionário público": as condições de governabilidade de FHC*, discuto que as enunciações sustentam a depreciação do funcionalismo como uma função discursiva em termos de uma **governabilidade**, apontando a modalidade enunciativa que age de dentro, na crise do Governo Collor, no governo transitório de Itamar e no governo de FHC. Essa depreciação, enunciativamente, apontará para o desaparecimento de uma forma-sujeito do trabalho do setor público, caracterizando o discurso fundador.

Então, convido os leitores a se aventurarem nesta leitura, partindo de uma temática e abordagem propostas, encontrando as possibilidades dos diferentes dizeres.

# Capítulo 1

## O fundacional e o fundador como efeitos de memória

*O dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito noutra lugar também significa 'nossas' palavras. (Orlandi, 1999:32)*

Antes de apresentar a teorização sobre o discurso fundacional e o discurso fundador como efeitos de memória, relacionando-os à construção de uma imagem sobre o sujeito do trabalho no setor público, considero importante mostrar o jornal como lugar de constituição de memória.

É para este sentido que aponta o artigo de Mariani (1998), no qual a autora identifica e analisa o processo de constituição, no discurso jornalístico-político, de um **consenso** instituindo o PCB (Partido Comunista Brasileiro) no *lugar de inimigo da pátria*. Mariani valeu-se da teorização da AD, o que segundo a autora (*idem*: 29) levou a “discutir o papel da imprensa, como uma instituição que, apesar de ter a heterogeneidade como uma característica constitutiva, funciona desambigüizando o mundo, homogeneizando os sentidos e instituindo ‘verdades’ que ela mesma coloca em circulação”. E ainda, “por se encontrar assujeitado ao interdiscurso da formação discursiva dominante, apagou as contradições e estabeleceu uma direção de sentidos unívoca para o Partido, remetendo-o para o **lugar do inimigo**”. Percebendo a atuação da mídia na estabilização de sentidos, Orlandi (1996:26) complementa: “Se se pode dizer que a mídia é lugar de interpretação, ela rege a interpretação para imobilizá-la”.

Conforme Mariani (*op.cit.*), “no discurso jornalístico já se tem uma **memória** da própria constituição histórica da imprensa agindo na produção das notícias”. (grifo

meu) e segundo Badio (apud Mariani, 1995), essa memória é *atravessada pela ética dos direitos de alguns humanos, promovendo filiações nos processos de produção de sentidos das notícias e, conseqüentemente, no modo como o mundo político é representado* (29)". A autora afirma que, ao analisar as **narrativas** sobre o episódio do movimento comunista, ocorrido em 1935, depreende a **função narrativa** na construção desse evento histórico pelos jornais por ela analisados, bem como o modo através do qual se **perpetuou na memória** na forma de um monumento textual denominado "intentona comunista". (grifos meus)

Após longa teorização e demonstração, Mariani conclui:

(...) a narrativização da intentona, mais do que cristalizar um discurso sobre os comunistas, **perpetuou a memória dos sentidos** daqueles que **resistiram ao comunismo** e, ainda, nessas narrativas depreendeu o encontro da **língua com a ideologia**: (grifos meus) pois, ao se nomear os comunistas como **brasileiros transviados** ou o movimento revolucionário pejorativamente como **intentona** (grifos da autora) - no quadro da disjunção Bem vs Mal, características dos direitos de (alguns humanos) - apaga-se simultânea e necessariamente uma outra concepção de sujeito, de sociedade, de cidadania e de política. (42)

A partir desta referência, percebe-se a prática discursiva jornalístico-política como **lugar de memória**, e memória de *alguns sentidos*, pois o que é dito nos jornais está fortemente ligado a uma produção de consenso, em um determinado período socio-histórico e em nome de determinados segmentos da sociedade. Percebe-se também, nos discursos dos jornais analisados (1989 a 1998), a constituição de uma memória discursiva sobre a forma-sujeito do setor público. Faz-se importante ressaltar que em AD a concepção de **memória discursiva**, como discute Indursky (1997:42-3), "não se trata da concepção psicologizante de memória individual nem tampouco do inconsciente coletivo. Trata-se da noção de memória social inscrita no meio das

práticas discursivas”. Em outras palavras, é a **reatualização discursiva** que determinada formação ou grupo social atribui a um acontecimento do passado ou experiências vividas sob a ótica do tempo presente.

Ainda de acordo com Indursky, foi Courtine (1981, 1983) que se ocupou longamente da **memória discursiva**, deslocando-a definitivamente para o âmbito da AD, ao relacioná-la à rede de noções que compõe a teoria do discurso.

De acordo com a autora, no entender de Courtine, é a partir da categoria /E/ [enunciado] que é possível referir-se à memória discursiva que decorre da “existência histórica do enunciado no seio das práticas discursivas, reguladas por aparelhos ideológicos”. (43) Indursky continua colocando que, a **repetição ou apagamento** de elementos do saber de uma formação discursiva, ou seja, dos /E/, aponta para o que Courtine chamou de **memória discursiva**. Quando um /E/ é atualizado através de uma /e/ [formulação], dá-se a **atualização de um acontecimento**. Conforme Courtine:

(...) é da relação do interdiscurso [memória do dizer] com o intradiscurso [formulação], através da articulação do | E | com | e |, que se dá o **efeito memória** em um discurso particular, pois uma “formulação- origem” é reatualizada em uma conjuntura discursiva específica. (*apud* Indursky: 1997 : 43)

A interdiscursividade (memória do dizer)<sup>7</sup> se faz presente na enunciação jornalística, isto é, na relação que um discurso tem com outros discursos. No caso, os discursos jornalísticos sobre o “funcionário público” não têm “origem” em si mesmo, eles são reatualizados ou resignificados a partir de uma **memória discursiva** que os sujeitos dessa prática discursiva colocam em funcionamento.

<sup>7</sup> Segundo Orlandi (1999), “é todo o conjunto de formulações já feitas e esquecidas que determinam o que dizemos. Para que minhas palavras façam sentido, é preciso que elas já façam sentidos”.

A observação do interdiscurso possibilita remeter os dizeres sobre o “funcionário público” a toda uma filiação de dizeres, conseqüentemente a uma memória, identificando-os em sua historicidade e significância, percebendo suas filiações políticas e ideológicas.

O sentido de enunciação (formulação), que é trabalhado em AD e que pretendo utilizar na análise dos recortes discursivos de jornal, é aquele que aponta mais para a posição enunciativa jornalística e menos para a figura do locutor/enunciador, conforme Guimarães (1993:28):

A enunciação é, então, um acontecimento de linguagem, perpassado pelo **interdiscurso**, que se dá como espaço de **memória** no acontecimento. É um acontecimento que se dá porque a língua funciona ao ser afetada pelo interdiscurso.

Tendo por base os pressupostos acima, pode-se dizer que a discursividade sobre o “funcionário público”<sup>8</sup>, presente em *O Estado* e no *Diário Catarinense*, atua como lugar de ressonância do que é divulgado nos jornais brasileiros, cujas condições de produção e emergência de um discurso depreciativo têm como cenário o surgimento da candidatura de Fernando Collor de Mello à presidência do Brasil. Após a ditadura militar, o país passou por um grande momento de transição política, como lembra Zoppi-Fontana (1997:18): “os primeiros anos dos chamados governos ‘de transição’ poderiam ser caracterizados (com algumas diferenças, dependendo do país) pelo fato de terem centrado a prática política numa intensa prática discursiva destinada a redefinir os conceitos de **democracia e modernização**”. É neste período.

---

<sup>8</sup> Essa denominação ainda está sendo utilizada no sentido do **senso comum**, quer dizer, **todos os sujeitos** que trabalham no setor público. Mais adiante esta nomeação será problematizada.

de transição entre um governo sob o regime da ditadura para um democrático, que o discurso **depreciativo** sobre o funcionário começa a aparecer de forma hegemônica, pois nesta prática discursiva sobre a "modernização", o funcionário público é visto como o grande "entrave" para a imagem de um país democrático e, principalmente, moderno. Toda essa discursivização sobre o funcionário público desembocará na campanha da Reforma Administrativa do governo Fernando Henrique Cardoso, a partir de 1995.

A seguir, serão discutidos, os discursos fundacional e fundador como **efeitos de memória**, isto é, como dois modos de funcionamento da **memória discursiva**.

## 1.1. O Discurso Fundacional

Para caracterizar a discursividade fundacional em Collor de Mello, evidenciarei a discussão em torno do **discurso fundacional**. Para tanto, utilizarei a proposta de Zoppi-Fontana (1993). Neste artigo, a autora analisa o discurso do ex-presidente da Argentina Raúl Alfonsín, por meio de textos produzidos durante os seus segundo e terceiro anos de mandato, respectivamente 1985 e 1986. Segundo Zoppi-Fontana, o discurso alfonsinista não só se diz como se mostra "fundacional", através de um refinado trabalho argumentativo e de certas práticas ritualizadas (1993:129).

Chamo a atenção para apontar as principais características do discurso fundacional em Alfonsín, que penso serem semelhantes ao discurso produzido por Collor de Mello, principalmente no que tange à temática funcionário público. De acordo com Zoppi-Fontana, "na relação que estabelece com seu interdiscurso, um

discurso que se pretende fundacional precisa produzir, como efeito de seu funcionamento enunciativo, uma ilusão de **corte** ou **ruptura** com os processos de sentidos sedimentados na memória discursiva” (133, grifos meus). Collor de Mello, antes e depois de sua eleição, enuncia de um lugar caracterizado como "novo", como aquele que promoverá os cortes, rupturas necessárias para acabar, principalmente com a corrupção no governo, sentido esse divulgado nas práticas sociais e jornalísticas, no caso, evidenciando a temática funcionário público, separando o "joio" ("marajás", ociosos, incompetentes) do "trigo" (profissionais, competentes, trabalhadores). Enuncia de uma posição de sujeito que "esquece" o seu passado político e familiar nas várias esferas do governo brasileiro. Como no discurso alfonsinista, o discurso de Collor de Mello constrói-se como "lugar do novo positivo, que fecharia definitivamente um passado trágico e que permitiria, então, prever um futuro promissor". Ainda, como já evidencia a autora, "o grande paradoxo de um discurso que se diz 'fundacional' é que ele se inscreve na história, negando-a" (*idem*).

Uma outra característica que considero de extrema importância, é o "perpétuo processo 'fundacional'", pois mesmo depois de eleito presidente do Brasil, Collor de Mello enuncia ainda de uma posição apontada para a elegibilidade. Percebe-se esta posição enunciativa no seu discurso, por meio da diversidade de "*objetos fundados*", tendo como exemplos a promessa de fim da inflação, o fim da corrupção, realização de privatizações de empresas públicas, demissão de funcionários públicos, bem como uma improvisada reforma administrativa, urgência de modernização do país, entre outros. Como no caso alfonsinista, as fundações em Collor de Mello "envelhecem simplesmente porque elas estão mudando constantemente de lugar. Como consequência desta auto-apresentação como fundar constante, cria-se um sentido de urgência que submete o agir político às 'necessidades da hora'" (*op. cit.*: 132).

O gesto fundacional<sup>9</sup> em Collor de Mello é o discurso que diz que muda ou "funda", mas apenas aparentemente e improvisadamente. Como "efeito", acaba por promover um descontentamento generalizado em vários setores da sociedade (organizados ou não) e sua **sustentação política** (elites empresariais, políticos profissionais, mídia) desmorona, sendo que este, em setembro de 1992, é levado a renunciar ao cargo de presidente do Brasil e passa a responder na justiça o processo de *impeachment*. No que tange à temática funcionário público, o modo fundacional, em Collor de Mello, presente nas enunciações jornalísticas, aponta para a discursividade em termos de uma depreciação deste sujeito, que tende a separar o "mau" do "bom" funcionário, assim como outros "efeitos" que visam sempre uma **separação/exclusão** qualitativa de outros segmentos da sociedade.

Nos recortes discursivos<sup>10</sup> abaixo, podem-se perceber as designações que evidenciam a correspondência com o discurso fundacional, no sentido de propor uma separação/exclusão deste sujeito do trabalho:

*1-[...] Por isso, há absoluta necessidade de coibir os excessos, de contornar situações jurídicas que protegem servidores improdutivos e desnecessários [...]. Deseja-se a caça aos ociosos, aos fantasmas e a todos aqueles inservíveis [...] A praga do empreguismo plantou-se e cresceu feito erva daninha por toda a administração pública, enfraquecendo suas finanças e sobrecarregando o contribuinte [...]* (A praga do empreguismo, DC, 07/03/89, p.04)

Em (1) observa-se que as designações em destaque funcionam por meio de uma oposição que quer separar "o joio" do "trigo", isto é, os funcionários públicos que denigrem a imagem e o funcionamento do setor público. A enunciação dessas

<sup>9</sup> Zoppi-Fontana (1997:72) afirma que o discurso fundacional é aquele que se "auto-representa como fundador, embora não o seja, isto é, embora não comporte ruptura com os processos discursivos que instaure uma nova discursividade, que produza a possibilidade e a regra de formação de outros discursos".

<sup>10</sup> Mariani (1998:240) apresenta a noção de recorte discursivo a partir de Orlandi (1984:14): "O recorte é uma unidade discursiva. Por unidade discursiva entendemos fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação. Assim, um recorte é um fragmento da situação discursiva (...) Pretendemos que a idéia de recorte remeta à polissemia e não à de informação".



designações já anunciam uma "defesa" em "nome do contribuinte", defesa esta que será predominante em FHC.

*2-[...] Visualiza-se claramente uma separação entre trabalhadores da iniciativa privada e os funcionários públicos. Enquanto os trabalhadores manifestam o desejo de enxergar uma luz no fim do túnel, os funcionários enveredam pelo caminho das greves cascatas que, em âmbito nacional, vão paralisando o país e penalizando a população. (Uma greve contra a população, O ES, 02/06/89, p.06)*

Em (2) observa-se que a designação de oposição opera por restrição adjetiva da iniciativa privada e pública, deslocando o eixo para uma designação em que trabalhadores/funcionários são nomeações tomadas em uma perspectiva na qual o sujeito designado por "funcionário" não corresponde àquele que trabalha, ou seja, é o oposto do sujeito designado pelo termo "trabalhador". Sob o efeito da memória discursiva, esta oposição será constitutiva do discurso em FHC, na medida em que determinará o desaparecimento da figura "funcionário público", pois este será tomado como o que não trabalha, portanto um dispêndio para a administração pública. Tratar-se-á do discurso **fundador** do "Estado Moderno", que tenderá a fazer desaparecer uma forma-sujeito do trabalho. Mas esta mesma operação em Collor de Mello é **fundacional** porque não conspira para o desaparecimento do funcionário público, apenas para a distinção entre os que trabalham e os que não trabalham.

*3-[...] Chega de viver num mundo irreal, em que governantes e funcionalismo se banqueteam, enquanto o povo passa fome. (Empreguismo, DC, 08/01/90, p. 06.)*

Na data em que o recorte discursivo (3) aparece, Collor de Mello já tinha sido eleito, porém ainda não havia assumido a presidência, o que ocorre só em março. Para a sua eleição, o discurso de Collor sustentou-se na enunciação depreciativa a respeito do funcionário público. Mesmo assim, vozes descontentes, que agem de fora

do governo Collor, fazem coro com vozes que exigem do presidente eleito o cumprimento de suas promessas com relação à problemática do funcionalismo, designando-o de forma sinonímica em relação ao termo "governo" e de forma antonímica em relação ao termo "povo". Esta forma ocorre como um pré-construído que vai ganhar força no discurso de FHC.

4-[...] *Sustentar a grande massa do funcionalismo é como alimentar quem trabalha pouco mas come por três.*[...]

(*Paraíso das mordomias chega ao fim*, O ES, 24/04/90, p.4)

Em (4), a designação "funcionalismo" refere-se ao coletivo dos funcionários públicos, significando o mesmo de "quem trabalha pouco". Uma designação que deprecia, de forma generalizada, os sujeitos do trabalho do setor público.

5-[...] "Vocês estão levando toda a arrecadação do estado. Não sobrou nada para o povo", afirmou o governador, dando o tom da reunião ontem à tarde, que durou mais de duas horas no Palácio Santa Catarina, entre governo e comando de servidores.[...]

(*Funcionalismo ganha abono em julho*, O ES, 11/06/91, p.02)

A **ordem discursiva**<sup>11</sup> presente nos jornais de circulação brasileira, anterior à eleição de Collor de Mello e posterior a ela, sustenta-se na depreciação do setor público/governo e na forma-sujeito deste trabalho. Por meio da **memória discursiva**, estas enunciações estão presentes nos jornais catarinenses analisados. No recorte

<sup>11</sup> Conforme Orlandi (1996:49): " (...) **ordem do discurso** (forma material) em que o sujeito se define pela sua relação com um sistema significante investido de sentidos, na corporeidade, na espessura material, sua historicidade. É o sujeito significante, o sujeito histórico (material). Esse sujeito que se define como "posição", é um sujeito que se produz entre diferentes discursos, numa relação ligada, regrada com a memória do dizer (o interdiscurso), definindo-se em função de uma formação discursiva na relação com as demais."

discursivo (5), percebe-se que em Santa Catarina esta ordem discursiva se faz presente no governo Wilson Kleinübing, pois este governo apóia amplamente as medidas adotadas por Collor de Mello, sendo que as medidas de contenção de despesas do estado se justificam apenas em cima das questões financeiras referentes à remuneração do “funcionário público”. As designações “vocês” - funcionário público e “povo” - sujeitos que formam um país, novamente, funcionam por oposição, ou seja, funcionário público não faz parte do povo brasileiro, pois este sarrupia as verbas da economia nacional, no recorte (5), estadual.

*6-[...] Todas as formas imagináveis de insulto ao cidadão e de saque contra seu bolso foram criadas e são mantidas no funcionalismo público brasileiro. [...]*  
(Empreguismo e revolta, DC, 09/02/91, p.10)

Já no contexto da crise do governo Collor, em (6), esta forma de designar, opondo funcionários públicos a cidadãos, aponta para o discurso pró-FHC que começa a ganhar espaço.

*7-[...] A menor contrariedade, categorias inteiras de servidores não hesitaram em cruzar os braços, fazendo reféns exatamente entre aqueles que sustentam a máquina administrativa com o pagamento de impostos [...] o maior prejudicado é sempre o contribuinte[...](Um privilégio em discussão, DC,03/08/93, p.02)*

O contexto em que aparece a enunciação (7) já aponta para o momento em que o trabalho do discurso sobre o termo **contribuinte**, ou em nome do **contribuinte**, será significativo para a proposta de uma nova forma de governabilidade, a que prescindir do aparelho estatal e se apóia na iniciativa privada, cuja designação opera-se pelo emprego do termo “**contribuinte**”.

## 1.2. Discurso Fundador em FHC

Para perceber o efeito de memória discursiva, sob o modo de discurso fundador, presente na enunciação jornalística catarinense, no período anterior a primeira eleição de FHC e durante o seu governo, tomarei por base de reflexão o artigo de Celada (1993).

Celada, a partir da designação "desierto", presente nos discursos de Juan B. Alberti, pesquisará os fundamentos para a organização política da República Argentina. Para a autora, no discurso de Alberti, o "desierto" é um mal que se deve conjurar, e convoca o sujeito da representação a projetar a reparação, a superação dos obstáculos, na procura da transferência da metáfora que o substituirá a designação "desierto". No caso da enunciação jornalística, no período FHC, pode-se dizer que, o que se deve conjurar é o que a enunciação jornalística caracteriza como *Metáfora*<sup>12</sup> do *Estado Paternalista*, entendendo ser esta a definição da sociedade brasileira, após a aprovação da Constituição de 1988. No caso argentino, a metáfora "desierto", por meio de várias conexões discursivas, presentes nas enunciações de Alberti, será substituída pela metáfora "nación". No caso brasileiro, a metáfora do *Estado Paternalista* pela metáfora do *Estado Moderno*.

Celada afirma que "o discurso não seria fundador por dizer 'alguma coisa' pela primeira vez; nem porque se possa determiná-lo a partir de evocações anafóricas que se repetem ou retomam co-referencialmente aquela "mesma coisa" (*idem*:109). Nesse sentido, penso ser importante evidenciar que, nas enunciações fundacionais

---

<sup>12</sup> Segundo Pêcheux (1975: 132), *metáfora* será entendida como processo, isto é, "processo sócio-histórico que serve como fundamento da apresentação" (donation) de objetos para sujeitos, e não como uma simples forma de falar que viria secundariamente a se desenvolver com base em um sentido primeiro, não-metafórico, para o qual o objeto seria um dado "natural", literalmente pré-social e pré-histórico". Dialogando com Pêcheux, Orlandi (1999:44) coloca que a metáfora para AD "não é considerada, como na retórica, como figura de linguagem(...) em princípio não há sentido sem metáfora(...), o sentido é sempre uma palavra, uma expressão ou uma proposição por outra palavra, uma outra expressão ou proposição; e é por esse relacionamento, essa superposição, essa transferência (metaphora), que elementos significantes passam a se confrontar, de modo que se revestem de um sentido"

presentes no período Collor de Mello, a discursividade sobre um novo modelo de Estado já se fazia presente, porém de forma fragmentada, dispersa, característica do discurso fundacional. Esclarece a autora:

No discurso, por sua própria constituição, não há fundações num sentido absoluto ou num grau zero, por isso [o discurso fundador] não se trata de um limiar ou de uma origem mas de uma **interrupção praticada** nos pontos de **concentração** em que a **constituição** ou **sedimentação de sentidos** pode ser reconhecida. (110) (grifos meus)

Para a AD, esses pontos de **sedimentação** ou **organização** dos sentidos apontam para o **trabalho ideológico** de determinadas formações discursivas. Na enunciação de FHC ou do período correspondente, estas se sedimentam e se concentram no sentido de uma "**governabilidade**" (sob os efeitos do Plano Real, implantado por FHC para controlar a inflação, durante o governo transitório pós-Collor) que seria viabilizada, única e exclusivamente com a eleição de FHC e, posteriormente, com as reformas à Constituição Brasileira, reformas proclamadas (pela elite empresarial, dentre estas as empresas jornalísticas em análise) para a constituição da metáfora do *Estado Moderno*. Em outras palavras, dentro de uma perspectiva ideológica de desobrigação do Estado de muitas funções que exercia. Para a constituição da metáfora do *Estado Moderno*, uma das reformas enunciadas como fundamental foi a Administrativa, com propostas de emendas à Constituição de 1988, alterando dispositivos jurídicos sobre a questão funcional e contratual do sujeito do trabalho no setor público.

Como já foi teorizado, o **discurso fundador** constrói-se dentro da substituição de uma metáfora por outra, no caso específico, em FHC, sustenta-se na "governabilidade", possibilitada pela substituição da metáfora *Estado Paternalista* por

*Estado Moderno*. Essa discursividade de forma fragmentada e desorganizada já estava presente em Collor de Mello, sedimentando-se e organizando-se no período FHC, quando esta nova ordem do discurso emerge com toda força. Vejamos como a substituição de uma metáfora aparece na enunciação jornalística.

- 1- [...] Para que 1994 seja o ano da vitória brasileira sobre a inflação, o atraso e a miséria, o governo deve cumprir sua parte. O programa de privatização precisa avançar de forma célebre e incontestada; o enxugamento do déficit público [...] e é necessário, mais do que tudo, acabar com os privilégios funcionais, monopólios e reservas de mercado garantidos por uma Constituição que envelheceu rapidamente nos últimos anos. [...] (*Dois Brasis em Confronto*, DC, 01e02/01/94, p.02)

No recorte discursivo (1), a formulação “o ano da vitória brasileira sobre a inflação, o atraso e a miséria” funciona evocando sorrateiramente que haverá eleição. No caso, presidencial, pelo adjetivo “brasileira”, e sagrar-se-á vitorioso o candidato que seguir a tônica enunciada e imposta pela mídia, sob a ótica da iniciativa privada, expressa pelos verbos “dever”, “precisar”, “acabar” e locução verbal “ser necessário”, tônica esta firmada na *privatização* de empresas públicas, no fim ao “privilégio funcional, monopólios, reservas de mercados”, os quais possíveis de se realizarem, caso se mude “uma Constituição [promulgada em 1988] que envelheceu rapidamente”. Resumidamente, pode-se dizer que neste recorte discursivo aparece definido que será apoiado o candidato que assumir este discurso e a enunciação a ser trabalhada será em cima de uma substituição metafórica, expressa em *Dois Brasis em confronto*. Isto é, fica apontado qual modelo de Estado Brasileiro a imprensa escrita apoiará, no caso, as empresas jornalísticas em análise. Os recortes discursivos abaixo, primeiro na enunciação jornalística que circula o *Diário Catarinense*, mostram como esta metáfora do *Estado Moderno* será construída.”

2- *Em 1988, os empresários não tinham propostas e a Assembléia Constituinte aconteceu. Agora que temos projeto precisamos assegurar o funcionamento do Congresso Revisor", resumiu o presidente da Confederação Nacional da Agricultura, Antonio de Salvo. [...] A agenda mínima dos empresários prevê: reforma estrutural do Estado; [...] reforma econômica com a quebra de Monopólios, como o das telecomunicações e do petróleo; reforma tributária, com o número de impostos para seis; reforma do sistema previdenciário; [...] (grifos meus) (Empresários pressionam para assegurar reformas, DC, 27/01/94, p. 08)*

3- *Vamos lutar [empresários da Confederação Nacional dos Diretores Lojistas - CNDL / Clube dos Diretores Lojistas] pela reforma Fiscal, Reforma Econômica, Reforma Política, Reforma Previdenciária e a Privatização das Estatais ineficientes. (Sim à revisão, sim ao Brasil, DC, 28/03/94, p. 22)*

4- *Cumprimentamos [presidente do Sindicato das Escolas Particulares de SC] o Diário Catarinense pela publicação da série de editoriais 'A falência do Estado' [...] (Falência do Estado, DC, 18/05/94, p. 02)*

Faz-se necessário esclarecer, a partir das enunciações dos recortes acima, que, quando a Constituição de 1988 foi promulgada, esta já previa uma revisão de suas leis em cinco anos. No período Collor, tentou-se antecipá-la, o que não aconteceu. Tendo em vista a construção de uma nova metáfora para o Estado brasileiro, "em boa hora" (para alguns setores da sociedade brasileira), apresenta-se a Revisão Constitucional. A sustentação discursiva para a Revisão Constitucional, centra-se na depreciação da Constituição de 1988, sendo fortemente enunciada nas práticas discursivas jornalísticas e sociais do país, pois sua mudança funcionará para a implantação deste novo modelo de Estado. Nos recortes discursivos (2), (3) e (4) aparecem os maiores interessados, ou seja, a injunção enunciativa que a iniciativa privada brasileira (os empresários e a mídia empresarial) colocará em

funcionamento para atingir os objetivos de um "Estado Moderno", a partir de sua ótica, quais sejam, redução dos "seus" *impostos para seis, quebra de monopólios "estatais"*, o que não significa que não ocorrerá monopólios "privados", *reforma estrutural do Estado*, tendo em vista a desobrigação do Estado em muitas atribuições que possui, o que resultará em menos impostos para a iniciativa privada e privatização (venda ) de mínimas prestações de serviços para o cidadão brasileiro.

Observemos este funcionamento nos recortes discursivos do jornal *O Estado*:

*1- Governabilidade é a palavra-chave da próxima eleição presidencial. Um dos objetivos maiores da revisão constitucional que acabou naufragando na preguiça e na incompetência política do Congresso Nacional. [...] A questão da governabilidade, pois, deve ser a preocupação constante de quantos se interessem, com sinceridade, pela solução dos problemas nacionais. [...] (A questão da governabilidade, O ES, 29/04/94)*

Uma leitura possível do recorte poderia ser: O candidato que concorrerá este ano [1994] à eleição presidencial deverá apresentar como tema central de seu discurso a questão da governabilidade, que será viabilizada por meio da revisão constitucional, possibilitando a construção da metáfora do Estado Moderno. O candidato em 1994 que assumiu esta **ordem do discurso** foi Fernando Henrique Cardoso e este teve o discurso sustentado pela imprensa escrita, no caso, evidenciado pelos jornais em análise.

As enunciações que circulam nos jornais em análise, sob o efeito da memória discursiva no **modo fundador** \_ o período FHC semelhante ao período Collor \_, mostram-se como de posição **depreciativa** ao "funcionário público", porém, diferente na medida em que **direcionarão** seus discursos para o **desaparecimento** desta forma-sujeito do trabalho, por meio da Reforma Administrativa.



## Capítulo 2

# O funcionalismo público depreciado: as condições de elegibilidade de Collor

Em 1986, Fernando Collor de Mello foi eleito governador de Alagoas pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Collor foi um dos governadores eleitos no período "áureo" do Plano Cruzado, implantado no governo do presidente Sarney, sustentado politicamente pelo PMDB e pelo Partido da Frente Liberal (PFL). Na posição de governador, assume a política de cortar o salário dos altos funcionários públicos, designados por ele de "marajás". Esses funcionários, então, recorrem ao Supremo Tribunal Federal e ganham a causa. Collor, no entanto, nega-se a obedecer tal decisão, ficando juridicamente ameaçado de perder o mandato. Este acontecimento local, veiculado pela mídia, tornou-se notório e tirou Collor de Mello do anonimato, passando a ser conhecido como o "caçador de marajás". Por meio da **memória discursiva**, este acontecimento do passado é descrito sob a ótica do tempo presente. Observemos os recortes discursivos que **reatualizam** este acontecimento:

1- [...] *Em cima dos marajás, em 1987, Fernando Collor de Mello, governador de Alagoas, de político inexpressivo alcançou notoriedade nas primeiras páginas da imprensa brasileira como 'caçador de marajás'.* [...] (Uma Caç(o)ada aos fantasmas, O ES, 01/03/89, p.04)

2- [...] *Filho do ex-governador Amon de Mello, integrante da cúpula udenista alagoana [...] explodiu como governador na refeição do fisiologismo cuja expressão exarcebada estava na figura do 'marajá' do serviço público e na repleção dos quadros burocráticos que se tomou nos últimos anos a*

*tônica do exercício político em todos os níveis.[...] que encontra ressonância na opinião pública de todo país. [...] (A luta solitária do governador de Alagoas, O ES, 02/02/89, p.5)*

3- [...]Representando um partido sem qualquer expressão, porque dispõe apenas de um deputado federal (por enquanto), o PRN- Partido da Reconstrução Nacional [...] O discurso de Collor de Mello é um discurso moderado, bem articulado e prega a moralização na administração pública. Essa aliás, a sua marca registrada na chamada 'caça aos marajás', que tanto prestígio nacional lhe deu.[...] (O fenômeno que vem de Alagoas, DC, 10/05/89, p.14)

4- [...]Dá para entender a popularidade deste indivíduo [Collor de Mello] , à medida que a Rede Globo o apoia de forma tão ostensiva , e o seu discurso, que não passa de um discurso, fala daquilo que o povo brasileiro mais quer que aconteça neste país: acabar com os marajás, com a corrupção, com o mau uso das coisas do Estado [...] (Marajás e oportunismo, O ES, 01/06/89, p.5)

Um outro funcionamento que chama a atenção nos recortes discursivos anteriormente apresentados, é que sob o **efeito da memória discursiva** no modo **fundacional**, com exceção do recorte discursivo (2), os demais aparecem discursivamente caracterizando Collor de Mello como o *novo positivo*, isto é, como se este sujeito não tivesse um passado político de presença familiar e sua na organização política do Brasil.

O avó de Collor de Mello foi ministro do trabalho no governo de Getúlio Vargas, seu pai, ex-governador pelo partido da União Democrática Nacional (UDN), em Alagoas. Durante a ditadura militar, Collor foi nomeado prefeito de Maceió, mais tarde, eleito deputado federal pelo estado de Alagoas. Sob os efeitos do Plano Cruzado,<sup>13</sup> Collor foi eleito governador de Alagoas. A sua saída do PMDB, deu-se, em virtude de ele perceber que não teria espaço para concorrer à

<sup>13</sup> Conferir Pinto (1991) e Almeida (1997).

presidência dentro deste partido, pois tudo indicava que o candidato seria Ulisses Guimarães, assim, Collor funda o Partido da Reconstrução Nacional (PRN) e apresenta-se como o grande opositor, justamente, do governo do PMDB, partido que até pouco tempo defendia.

Pode-se dizer que, o efeito do "novo positivo", procura esquecer esse passado político e a co-responsabilidade que este sujeito tinha em relação às práticas sociais inflacionárias e excludentes, vivenciadas em todo o país, naquele momento histórico. Daí a relação desse modo fundacional que o *inscreve na história, negando-a*. Este "esquecimento", como efeito ideológico, evidencia o que se deve esquecer discursivamente na enunciação jornalístico-política, para apoiar a sua candidatura, em detrimento de seus opositores, Leonel Brizola do Partido Democrático Trabalhista (PDT) e Luís Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT), época da eleição em 1º turno. Ambos possuíam todo um passado histórico de oposição e de reconhecimento nacional, bem como de fidelidade partidária.

Neste modo fundacional, evidenciado nas enunciações jornalísticas analisadas a partir de 1989, os discursos sobre o funcionário público passam a ter maior visibilidade, enfatizando um sentido depreciativo, designando-o como "marajá", termo que já evoca a figura de Fernando Collor de Mello. Essa discursividade favoreceria o candidato que a esta ordem do discurso se assujeitasse.

Penso ser importante lembrar que, o ano de 1989 foi um ano politicamente diferente. A sociedade brasileira (re)começa a vislumbrar grandes expectativas para o futuro do país. Em 1989, após 29 anos sem eleições diretas para Presidente da República e 25 anos de ditadura militar, a população brasileira comparece às urnas para eleger o Presidente do Brasil.

Pode-se afirmar que essa eleição representou o "apogeu" de várias lutas dos setores organizados da sociedade brasileira, a exemplo, já no governo do militar João Figueiredo a Abertura Política, caracterizando o período de transição entre um governo militar para um governo civil, emergindo uma discursividade sobre "democracia e modernidade".

Em 1984, a campanha pelas "Diretas Já". Em 1985, a eleição indireta de um "civil", Tancredo Neves, para o cargo de presidente do Brasil, sendo marcada a eleição direta para o ano de 1989. Em decorrência de sua morte, seu vice, José Sarney, é empossado como presidente do Brasil.

Em 1988, é promulgada a nova Constituição, na qual alguns direitos sociais seriam contemplados, como por exemplo, o polêmico direito à greve. Esta Constituição foi discursivamente designada por Ulisses Guimarães como a "Constituição Cidadã", caracterizando, mais tarde, o que os discursos que circulam nos jornais analisados denominam de metáfora do *Estado Paternalista*.

Porém, o ano de 1989 acaba se transformando num ano de grande desgaste para a imagem do presidente Sarney e do seu governo, que era constantemente acusado de corrupção, sem ter conseguido "derrubar" a inflação e até acusado de ser o seu causador. É nesse clima e nessa conjuntura, rapidamente descrita, que ocorre a eleição direta para presidente do Brasil. Sagra-se vitorioso nas urnas, numa acirrada disputa no 2º turno com Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), Fernando Collor de Mello, conhecido, via mídia, como o "caçador de marajás" do serviço público.

A discursividade **depreciativa** sobre o funcionário público, em 1989, atua como fator fundamental para a elegibilidade do novo presidente civil do Brasil, evidenciado no recorte discursivo:

**Collor**

**"Não faltarei à confiança".**

*(Em sua 1ª entrevista como presidente eleito [...])*

**P-** Governador, agora virtualmente eleito, como começou a candidatura do Senhor?

**Collor-** Seis meses após ser eleito governador do estado de Alagoas [1986], percebi que as medidas de **moralização administrativa** no meu governo **calaram fundo o sentimento nacional** [grifos meus] [...] (DC, 20/12/89, p.17)

A enunciação aponta para o funcionamento do discurso fundacional, atuando sob os **efeitos de memória discursiva**. As medidas políticas de "moralização" propostas por Collor de Mello poderiam não ter "calado fundo o sentimento nacional", e percebe-se que a aceitação, na intensidade que atingiram, causaram surpresa, inclusive, ao sujeito enunciador. É a partir desta ordem discursiva, tendo a sua enunciação sustentada na **elegibilidade** (antes e depois da eleição), que a discursividade em Collor funcionará como um modo de depreciar o funcionário público, tendo em vista a construção de um futuro, no qual, o "bom" funcionário seria separado do "mau" funcionário.

Dentro desta ordem discursiva, no período anterior e posterior à eleição de Collor de Mello, as **designações depreciativas** sobre o funcionário público aparecerão de forma predominante no discurso jornalístico analisado. É o que será mostrado em seguida.

## **2.1. As designações constituindo o discurso fundacional**

*Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irredutíveis à língua e ao ato de fala. É esse "mais" que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever. (Foucault, 1997:56)*

Pretendo analisar os processos de produção de efeitos de evidência,

mostrando as designações pelas quais o sujeito que trabalha no setor público é nomeado na imprensa catarinense, e em relação a essa nomeação, observarei a quais processos de filiação sócio-históricas elas se inscrevem, e ainda, como esta questão é apresentada em documentos jurídicos, por meio da análise de alguns juristas.

No caso específico, observarei o modo de nomeação/designação e predicação sobre o "funcionário público" nos anos 89, 90, 91, 92, período em que caracterizo como discurso fundacional, relativo à posição de sujeito governista Collor de Mello.

Zoppi-Fontana (1996:5) caracteriza os processos de designação/nomeação como "relações semânticas instáveis, produzidas pelo cruzamento de diferentes posições de sujeito, a partir das quais instala-se um sentido, apagando outros possíveis/dizíveis."

Na prática discursiva que circula nos jornais em análise, observa-se a **instabilidade** de designações para esta forma-sujeito que atua no setor público, porém os "efeitos de sentidos" dessas nomeações contribuem para a cristalização de uma imagem de funcionário público. Sendo instáveis, são conflitivas, pois as várias memórias-discursivas entram em cena, isto é, várias posições de sujeito. Contudo, o efeito de sentido hegemônico, proveniente do discurso jornalístico sobre o "funcionário público", aponta para um sentido depreciativo sobre este sujeito. Para tanto, as designações depreciativas contribuem de forma exemplar. Pêcheux (1983:56) coloca que essas designações são ao mesmo tempo um efeito dessas redes de filiações sócio-históricas de identificação e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado por determinações inconscientes). Nesse sentido, Zoppi-Fontana (1996:2) afirma que, "no confronto dessas posições envolvidas, observa-se um fino trabalho de

argumentação”.

Na prática discursiva que circula os jornais do período em análise (1989-93), pode-se caracterizar a incidência de duas modalidades discursivas regendo diferentes modos de designação para a forma-sujeito que trabalha no setor público: o **político** e o **jurídico**.

## 2.2.O Modo Político

Primeiro, destacam-se, principalmente, nos anos de 1989-91, as designações filiadas às redes discursivas do político que procuram caracterizar e construir uma imagem do sujeito do trabalho no setor público como um "mau" funcionário. Estas são as designações que mais aparecem:

*Acomodados / ociosos\*<sup>14</sup> / incompetentes / marajás\* / supermarajás / servidores - marajás / paxás / fantasmas\* / servidor-fantasma / funcionário-fantasma / turistas / desocupados / ineficientes / privilegiados / despreparados / inservíveis / grevistas\* / anarquistas / desmotivados / bicho - preguiça / parasitas / moluscos / manifestantes / paquidermes / pessoal ocioso / burocrata / corruptos.*

Em seguida, observemos enunciados jornalísticos, nos quais algumas das designações citadas anteriormente aparecem:

*1-Brasília- Os nomes dos marajás encastelados no Congresso nacional, nos órgãos do Judiciário e do próprio governo poderão ser conhecidos pelo público após 30 de agosto [...] (Lista vai apontar os marajás da república, DC, 18/06/89, p.02)*

*2-[...] O burocrata faltoso [ greve dos servidores previdenciários] não pode dispor de favores especiais, em detrimento da população, que paga e*

<sup>14</sup> O uso do asterisco indica a grande expressividade do aparecimento dessa designação.

*tem o direito de exigir a contraprestação em serviço [...] (Uma greve contra a população, ES, 02/06/89, p.06)*

*3-[...] Aos acomodados e incompetentes que proliferam no serviço público só resta mesmo o desditoso caminho da vil ofensa [...]" (Maldade, DC, 05/01/89, p.06)*

*4-[...] Já ninguém deseja sustentar marajás e mordomias que sugam os cofres da nação. [...] (O comedimento dos gastos públicos, O ES, 12/04/90, p.04)*

*5-[...] cria embargos [o corporativismo] a medidas que visem a ordenar o serviço público com uma legislação trabalhista que puna os ociosos, afaste os incompetentes e ajude a restabelecer a dignidade do serviço público.[...] (Ameaça intolerável, DC 05/02/90, p. 04)*

*6-[...] Enquanto a lei não muda e os contribuintes pagam a conta da insensatez, só resta uma alternativa consoladora: ressuscitar o paquiderme e colocá-lo novamente no trabalho. (STF derruba decisão de governo de reduzir o salário de 55 mil servidores colocados em disponibilidade, DC, 23/08/91, p.04)*

*7-Governo [SC] não negocia com grevistas. (O ES, 10/08/91, p. 09)*

*8-Fundação Hospitalar [SC] - Governo faz uma proposta aos grevista (DC, 05/02/92, p.18)*

Segundo, aparecem designações exprimindo um "efeito de sentido" que diferencia os **sujeitos** que trabalham no **setor público** dos **sujeitos** do **setor privado**, bem como designações que o nomeiam igual ao lugar/setor que este sujeito ocupa nos vários setores da administração pública , quais sejam:

*Estáveis / federais / Municipários / serventuários da justiça / previdenciários / empregados de estatais / empregados públicos / comissionados / professor / empregados / estaduais / concursados*

Vejamos alguns enunciados:



*1-Na assembléia de ontem, na Capital, a maioria dos previdenciários decidiu apoiar a greve nacional. (O ES, 07/11/89, Manchete: Previdenciários param amanhã)*

*2-Municipários debatem salário com prefeito (DC, 19/10/89, p.3 )*

*3-Ameaça de demissões paralisa federais (DC, 12/06/90, p.10)*

Por último, aparecem as designações que apontam para um sentido diferente de nomear este sujeito, apontando para o lugar de **resistência** ao discurso hegemônico depreciativo, qual seja, vozes que incluem esta forma-sujeito do trabalho ao grupo dos que vivem os conflitos da relação capital/trabalho, no sentido de ser aquele que, **como qualquer trabalhador brasileiro**, apresenta as mesmas dificuldades de sobrevivência. Estas vozes aparecem, geralmente, enunciadas por “funcionários públicos” ou representantes da categoria. Percebe-se que há quase um **total silenciamento** na prática discursiva de jornal, deste tipo de designação/nomeação. São elas:

*trabalhadores/ trabalhadores do setor público/ trabalhadores em educação/ povo trabalhador da prefeitura/cidadãos/ profissionais/ trabalhadores em saúde*

As nomeações anteriormente citadas, assim aparecem nos recortes discursivos :

*1- Sindicato dos Trabalhadores em Educação [Sinte] ( ex- Alisc [Associação dos Licenciados de Santa Catarina ] ) tem reunião do Conselho deliberativo [...] Está convocando, também , um encontro conjunto, no mesmo dia , com os dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual [...] (Servidores, O ES, 04/08/89, p.02)*

*2-Por isso tudo [não cumprimento de questões trabalhistas dos funcionários municipais], o povo*

*trabalhador da prefeitura de Florianópolis decidiu que fosse guilhotinado, em praça pública, o mandato do prefeito Esperidião Amin. [...] (Boneco de Amin decapitado em protesto de funcionários, O ES, 15/07/89, p. 10)*

*3-Mesmo que tentasse camuflar, a presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (eta nome pomposo!), Ideli Salvatti, não conseguirá esconder em suas aparições na TV todo o sectarismo que exala pelos poros. [...] (Sectarismo, O ES, 16/05/90, p. 4)*

*4-[...] Somos profissionais e trabalhadores, como os demais cidadãos, também temos nossas necessidades. [...] (Baixos salários, DC, 11/01/92, p.3)*

## 2.2.1.MARAJÁ: Uma designação além fronteiras

Na revista *Veja* (03/11/99)<sup>15</sup>, aparece um manifesto ao cidadão brasileiro, intitulado - "Há Poderes que podem e Poder que não pode?" - , elaborado pela Associação dos Magistrados Brasileiros, que convoca a população a participar do Dia Nacional de Mobilização e Protestos (04/11/99) contra a desmoralização da magistratura, junto a 14.600 juízes que iriam protestar nos fóruns da cidade. A motivação maior do protesto era sobre a não-atualização salarial correspondente ao período de cinco anos (governo FHC). Estes mostravam, ainda, uma tabela salarial na qual o salário de um juiz do Tribunal Regional Federal ou do Trabalho, correspondia a R\$ 6.480,00 e de um juiz Federal ou do Trabalho a R\$ 5.832,00, ficando abaixo de um delegado de Polícia Federal, de uma Assistente Social do Ministério do Trabalho entre outros.

<sup>15</sup> Considero importante trazer este acontecimento discursivo para introduzir a discussão sobre a designação "marajá". Mesmo sendo enunciada de outro lugar e temporalidade diferente, ela se faz oportuna.

O que motiva a trazer este acontecimento discursivo,<sup>16</sup> é o aparecimento do seguinte enunciado:

*"[...] Se o juiz não pode quase tudo [outras formas comuns a sociedade civil de ampliar sua renda familiar] camadas privilegiadas e marajás do serviço público quase tudo podem. [...]"* (grifos meus)

Quero chamar a atenção para a designação "marajá" do serviço público. Parece-me que esta designação se transformou numa designação além fronteiras. Seu aparecimento, dá-se, ora fora do governo, ora de dentro do governo. Em 1999, em vistas de todos os acontecimentos desde sua aparição, ainda ressoa com força e para todos os lados. No caso anteriormente descrito, juízes já foram considerados "marajás" e estes agora enunciam, colocando-se em oposição a esta designação. Mas afinal de contas, quem são os "marajás" do serviço público? Na tentativa de pensar sobre esta questão, é que me proponho a problematizar um pouco mais esta designação.

No primeiro capítulo desta dissertação, apresentou-se a teorização de Courtine sobre a **memória discursiva** (atualização de um enunciado por meio de uma enunciação) e sobre os **efeitos de memória** em um discurso particular. Uma "formulação-origem" é reatualizada em uma conjuntura discursiva específica, e penso que esta teorização já aponta para o funcionamento que se observa na designação "marajá".

Pode-se localizar historicamente o aparecimento da designação "marajá". Seu surgimento, deu-se, como já foi dito, a partir da eleição de Collor de Mello para

---

<sup>16</sup> Baseado em Pêcheux (1997:17), pode-se dizer que **acontecimento discursivo** é "ponto de encontro de uma atualidade e uma memória, nele as práticas discursivas se reorganizam.

governador de Alagoas (1987). Na posição de sujeito governante, assume algumas medidas políticas de "caçar" o salário de altos funcionários, designados por ele de "marajás", ficando conhecido nacionalmente pela alcunha de "caçador de marajás". Ora, "marajá", segundo definição de dicionário, é sinônimo masculino de título dos príncipes da Índia e sinônimo feminino comum a várias palmeiras. Percebe-se em Collor uma reatualização de sentido, pois o sistema de governo brasileiro não permite a existência de príncipes, mas, alguns funcionários, em virtude de sua remuneração, receberão o "título", ou melhor, a designação de marajás. Se na Índia, marajá (príncipe) apresenta-se como algo "normal" dentro daquela conjuntura, no Brasil, receber este "título" é altamente depreciativo. Observemos o recorte discursivo abaixo:

*1- "Marajás não fazem greve" [...] a respeito da greve dos servidores da UFSC, as críticas que temos recebido por parte da Imprensa de Santa Catarina não procedem; Não somos "Marajás", pois "Marajás não se utilizam deste recurso. [...] (grifos meus) (O ES, 04/06/89, p.02 e A PEDIDO)*

Em (1) a enunciação ocorre em 1989 e a perspectiva enunciativa fala do lugar dos servidores públicos, evidenciando a resignificação do termo "marajá" feito pela ótica da enunciação jornalística catarinense, que já não se refere a **alguns** funcionários, mas à **maioria** funcional, no caso, servidores da universidade e estes, contrapondo-se a esta generalização, focalizada na proposição "*Marajás não fazem greve*".

A designação "marajá" está mais presente na enunciação jornalística, no período de 89 a 93, ou seja, período anterior e posterior á eleição de Collor de Mello. É enunciada, inicialmente, 89, 90, da posição exterior a dos sujeitos que governam (federal/estadual) e, posteriormente a este período, enunciada discursivamente do interior dos governos. Vejamos o que aponta o recorte discursivo (2):

2- [...] O Poder Executivo [ SC ] tem hoje 487 marajás. Eles ganham mais de NCz\$ 4.812,00, que é o maior salário que um Secretário de Estado pode receber dos cofres públicos.[...] nos órgão de administração direta, trabalham 353 marajás. Na Procuradoria-Geral da Justiça, há 91. Na Polícia Militar, existem 43. Do total de 487, 1% pode ser classificado como supermarajás ganhando mensalmente cerca de NCz\$ 10 mil. Estes verdadeiros "paxás" do Poder Executivo estão distribuídos da seguinte forma: 10 na administração direta, cinco na Procuradoria Geral da Justiça e um na Polícia Militar [...] (A caça continua, O ES, 28/06/89)

Sob a enunciação jornalística (exterior à posição dos sujeitos que governam), novas designações depreciativas sobre este sujeito do trabalho são criadas, a exemplo, "supermarajás" e, outras, re-significadas/reatualizadas, como "paxás", que segundo dicionário, é o título dos governadores de províncias turcas. Neste recorte discursivo, aparecem, novamente, as designações no sentido de **alguns funcionários**, e os lugares onde estes se encontram são referidos: 353 nos órgãos de administração direta, 91 na Procuradoria Geral da Justiça, 43 na Polícia Militar. Dentre os "marajás", os que são mais "marajás", isto é, os supermarajás (paxás), e os lugares onde se encontram, também, são referidos :10 na administração direta, cinco na Procuradoria Geral da Justiça e um na Polícia Militar. O efeito de sentido que o recorte discursivo apresenta, ao designar este sujeito do trabalho como "marajá", é o de este ser um "fora da lei", um ladrão dos cofres públicos, como se ali estivesse sem o consentimento dos seus administradores, e em nenhum momento, é problematizada a relação de poder administrativa.

Sobre o acontecimento discursivo referente à lista dos 487 funcionários catarinenses designados como "marajás", este acontecimento discursivo, em forma de crônica, assim é descrito:

2- **Marajoara** [...] - Li a matéria - assegura-lhe o amigo -, e os 487 são realmente catarinenses. Mas só do Executivo. Deves considerar ainda os do Legislativo e do Judiciário.

- Bem se formos conservadores em nossa estimativa, teremos 50% mais de marajás. O que dá 750 no Estado e 15 mil no país.

- E as prefeituras? [...]

- Esqueces as empresas públicas federais e de outros estados [...]

- Querem uma sugestão? **Calcula quem não é marajá. O que sobrar, é. Fica fácil.** (DC, 09/07/89, p.04) (grifos meus)

A perspectiva enunciativa jornalística, em (2), aponta para a construção do efeito de "maioria funcional" por meio da proposição: "*Calcula quem não é marajá. O que sobrar, é. Fica mais fácil*". E ainda pelo uso de "marajoara", no caso não indicando a pessoa que é natural da ilha de Marajó (Brasil), mas todos os habitantes do "Reino dos Marajás".

Um outro recorte discursivo apresenta ainda, por parte do governo catarinense, o posicionamento de não assumir essa designação para se referir aos 487 funcionários. Vejamos:

3- "*Secretário Emanuel Campos, da Administração, está atento ao problema dos supersalários no funcionalismo estadual, por outro lado deixa bem claro (e tem toda razão) que, em momento algum, usou a palavra "marajá" para classificar esses funcionários. A expressão cunhada pelo **presidenciável Collor de Mello, hoje tem largo curso na imprensa nacional. Sua utilização, nas matérias que O Estado vem publicando sobre o tema, é de responsabilidade dos editores. [...]***" (O ES, 30/07/89, p.04) (grifos meus)

Percebe-se que o uso dessa designação, em (3), é assumida por posições de sujeitos exteriores à posição do sujeito que governa. Ao utilizar esta designação, o administrador público estaria criticando a si mesmo, bem como o partido que faz parte e que governa (no tempo atual e anteriores). Nenhum funcionário acrescenta à sua remuneração o que bem lhe convier. O que recebe está de acordo com as leis que

regem este setor e passa pelo aval dos seus administradores, por isto o "cuidado" em utilizá-la, pois se este sentido "vaza" pode prejudicar o partido político que está administrando o setor público. No entanto, os editores de jornal, no caso, *O Estado*, não têm esta preocupação, tendo uma outra, qual seja, a utilização desta designação, passando o efeito de sentido de que o setor público é o lugar ocupado por funcionários aproveitadores do dinheiro público, ao contrário do que ocorre na empresa privada.

*4- Acusados de marajás pelo próprio Governo Federal, e visto com desconfiança pela população, eles não têm muito o que festejar.[28/10, dia do servidor público] [...] Marajás. Este é o substantivo mais usado para designar o servidor público.[...] Essa tática, segundo ele [Antonio Battisti] serviu para criar na população uma imagem ruim dos serviços. "Dessa forma, se torna mais simples pregar a implantação da iniciativa privada em quase todos os setores do país. (DC, 28/10/90, p.03)*

Collor de Mello elege-se como presidente do Brasil, tendo como ponto central de seu discurso a depreciação sobre o funcionário do setor público, principalmente os designados por ele de "marajás". Esta designação, via mídia, torna-se consenso da imagem deste sujeito do trabalho perante a opinião pública. Na enunciação jornalística (4), localizada em 1990, ano em que Collor assume o governo federal, a perspectiva enunciativa jornalística apresenta-o, sustentando que sua tônica discursiva está sendo a de depreciar a imagem desse sujeito, classificando-o como "marajá" e assim qualificando a **todos os servidores públicos**. Ainda em (4), de outro lugar, aparece outra enunciação assumida anteriormente pela mídia e pelo presidente eleito, que aponta para o efeito de que a construção da **imagem "marajá"** funciona por oposição, desqualifica o setor público e qualifica o setor privado da sociedade brasileira.

A designação "marajá" é assumida pela enunciação discursiva do sujeito

governante do Brasil. Esta e seus efeitos depreciativos com relação à imagem de funcionário público passam a ser a "ordem do discurso", que permeia os discursos que circulam nos jornais analisados, tais como:

- 1 *Governo [Kleinübing] deve bloquear salário dos marajás* (DC, 01/04/91)
- 2 *Brizola promete "caçar marajás"* (DC, 25/01/91)
- 3 *Listas dos 315 "marajás" é fria.* (O ES, 04/04/91)
- 4 *Temporada de Caça.* (O ES, 08/05/91)
- 5 ***Marajás-** Os 40 deputados estaduais que receberam ontem contracheques de causar inveja aos 108 mil servidores públicos[...] (DC, 25/02/92)*
- 6 *Marajás na pauta do dia- [...] Alguns procuradores do legislativo estadual ganham até Cr\$ 12 milhões [...] (DC, 11/06/92)*
- 7 *Marajás dos TRE ganham até 1,7 milhão (O ES, 19/11/93)*

A referencialidade, com relação à designação "marajá", no modo fundacional, mostra-se, ora **determinada**, como por exemplo, *marajás do TRE, deputados estaduais*, e ora **indeterminada**, a exemplo, *alguns servidores, caça aos marajás*. Observa-se que a utilização da designação "marajá", tanto na enunciação discursiva dos vários governos como nas enunciações que circulam nos jornais em análise, o efeito age sempre no sentido de desqualificar a organização administrativa do setor público, por meio da depreciação do sujeito que para ele trabalha.

Ainda, o efeito "marketing", isto é, a propaganda de "moralização" da questão funcional passa a ser o "holofote" principal de atenção para a opinião pública com relação a ação governamental, enquanto isso, outras questões no trato da coisa pública passam despercebidas da população.

Em 1995, primeiro ano de governo Fernando Henrique Cardoso, aparecem os



seguintes enunciados:

**1- Reforma Administrativa (1) - Lista dos "marajás" é a arma secreta do governo - Bresser espera que os números convençam a CCJ a modificar proposta original para servidores.[...]"É um número bastante grande, mais do que muitos imaginam", avisou Bresser. [...]** (DC, 13/10/96, p.04)

Dois meses depois:

**2- Governo divulga listão de marajás-** O Diário Oficial da União traz na edição de hoje a relação de 11.794 servidores públicos ativos e inativos que têm salário acima do permitido pela Constituição, atualmente, R\$ 6,4 mil (80% do vencimento de um ministro de estado). Desses funcionários, 1760 recebem mais do que o presidente da República (R\$ 8,5 mil por mês) (DC, 15/12/95)

Na página 3 desse mesmo dia e jornal:

**Governo Federal divulga lista de marajás - [...]** o maior salário é da professora universitária da Fundação Universidade do Maranhão, Luce Maria Brandão Torres- R\$ 18,55mil. Luce Maria conseguiu este supersalário, acumulando uma aposentadoria como professora visitante. Isto é legal, previsto na Constituição. Como a professora maranhense, os outros 11.793 servidores com vencimentos superiores aos permitidos estão dentro da lei [...] A Secretária-Executiva do Ministério da Administração e reforma do Estado, Claudia Costin, disse que a divulgação dos nomes é para fornecer dados aos parlamentares da comissão especial de reforma administrativa, para que possam votar o texto do governo, tomando mais explícito a proibição de altos salários. [...] Entre os quase 12 mil servidores que recebem salários acima do teto estão muitos nomes conhecidos. [...] o poeta Affonso Romano de Santana[...] nomeado em cargo de Comissão na Fundação da Biblioteca Nacional. O poeta João Cabral de Mello Neto [...]"

Os recortes discursivos (1) e (2) mostram que a enunciação jornalística assume

a designação “marajá” para classificar alguns sujeitos do trabalho público, por meio da não utilização das aspas. “**Marajá**” passa a ser um nome que define este sujeito, que como já se viu, apresenta efeitos altamente depreciativos atingindo a **todos os sujeitos do setor público**.

Com relação às enunciações da posição de sujeitos do governo ( a partir de 1995), estas não utilizam “marajá” se referindo ao sujeito, mas aos *altos salários*, deslocando a depreciação para o valor financeiro que este sujeito recebe.

Em (2), aparece o nome dos sujeitos, dando referencialidade a esta designação. Penso ser importante chamar a atenção para a pouca repercussão desse **acontecimento discursivo**, que apresenta uma **referencialidade** para esta designação, pois 12 mil servidores, num universo federal de mais 500 mi, ressoa numericamente muito fraco, sendo que entre estes nomes, estão os de pessoas de reconhecimento nacional.

Depois de 1996, a designação “marajás” não ocupará mais tantos espaços na enunciação jornalística. No modo discursivo fundador, “marajá” se tornará uma fórmula gasta, a partir de sua referenciação.

A designação “marajá” produz mais efeitos políticos-depreciativos sobre a forma-sujeito que trabalha no setor público, bem como desqualifica este setor, quando é utilizada de forma **indeterminada**, como a vemos utilizada no manifesto dos magistrados. Não podemos esquecer a força depreciativa que esta designação possui, e a qualquer momento, indeterminadamente, pode emergir com toda força e “espraiando” novos sentidos.

## **2.3.O Modo Jurídico ou Jus-Político**

A Constituição Brasileira, em vigor, foi promulgada no dia 05/10/88, sendo que

esta, no período do governo Fernando Henrique Cardoso, vem passando pela Reforma Constitucional. Em seu texto, agrega os princípios relativos aos servidores públicos, nos artigos 37 a 41, dentro do Capítulo "Da Administração Pública" e este inserido no Título "Da Organização do Estado", abrangendo a União, os Estados, o Distrito Federal, os Territórios Federais e os Municípios. Segundo avaliação de juristas, a Carta de 88 apresenta uma significativa melhoria na redação, em comparação à Constituição de 1969 e anteriores, pois os princípios sobre os servidores públicos, anteriormente espalhados pelo corpo das Cartas que a precederam, agora encontravam-se agrupados dentro de um capítulo.

O especialista em Direito Administrativo, Diogo Moreira Neto, ao avaliar um dos temas mais polêmicos da Constituição de 1988, no que se refere à temática "funcionário público", qual seja, a obrigatoriedade da implantação do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos, analisa juridicamente este dispositivo como algo positivo, no sentido de que:

"Embora quase sempre a adoção de regime trabalhista fosse expediente para burlar a regra da admissão pelo mérito, a gosto do paternalismo e do empreguismo, que sempre sacrificaram o serviço público, tornando benefícios o que deveria ser ofício, havia quem o defendesse a pretexto de trazer ao serviço público a flexibilidade e a eficiência da empresa privada, em matéria de administração pessoal.[...] Essa imaginada eficiência acabou se revelando uma formidável falácia. Uma vez empregado público, era quase impossível despedir o "celetista", que, afinal, acabou por equiparar-se ao antigo funcionário público. [...] Em pouco tempo, a contratação celetista passou a ser a porta escancarada para o empreguismo, para o nepotismo e para a crônica barganha de empregos por prestígio político." (1991:14 -5)

O discurso jornalístico do período analisado apresentará posições diferentes e desfavoráveis a esta posição jurídica. Neste momento, quero chamar a atenção para o uso das denominações que circulam os discursos dos jornais *O Estado* e *Diário*

*Catarinense*, no sentido de que estas **postulam** caráter jurídico para a denominação do sujeito que trabalha no setor público. Ou seja, o efeito de sentido é o de estar "dentro do que a lei denomina". Essas denominações são utilizadas de forma **ambígua**, isto é, ora correspondem ao preceito legal, previsto na Constituição de 1988, ora não acatam o que diz a lei.

Primeiro, de largo uso, a denominação **servidor**, sendo utilizada de forma geral, ou seja, para designar todos os sujeitos que trabalham no setor público. Não aparece destacando o vínculo profissional (estável ou temporário), daí o efeito de sentido de **todos** ou pelo menos da **grande maioria funcional** possuir **estabilidade**.

1- *"Entra hoje no 15º dia a greve geral dos servidores da Previdência Social [...]"* (Caos Federal, O Es, 15/06/89, p.02)

2- *"Maldaner avisa : Servidor em greve não ganhará salário* (DC, 02/06/89)

3- *Greve dos servidores do TRT deve ser decidida ainda hoje* (O ES, 07/01/92, p.11)

Pode-se observar ainda, nos recortes discursivos (1) e (3), como ocorre sintaticamente a denominação **servidor**. Em ***servidores da Previdência Social*** (1), há uma estrutura sintática composta de nome + preposição + complemento (**N + Prep. + N**), sendo que o último grupo nominal (*Previdência Social*) está ligado ao nome anterior pela preposição **da**, funcionando como adjunto adnominal e equivalendo a uma predicação. A mesma estrutura ocorre em ***servidores do TRT*** (2).

Na expressão ***servidor em greve*** (2), a estrutura sintática é composta também de **nome + preposição + nome**, sendo que o último nome (greve) vinculado ao anterior por **em**, funcionando sintaticamente como complemento nominal, equivalendo a algo como circunstanciador.

No primeiro caso, o efeito de sentido produzido pelo condicionamento

sintático leva ao discurso que identifica uma classe de sujeitos que trabalha no setor público, permitindo predicar sobre quem é quem na categoria dos servidores.

No segundo caso, a forma sintática circunstanciadora leva ao discurso que identifica não o servidor entre outros sujeitos do trabalho, mas o servidor identificado em uma situação que significa relativamente a sua depreciação.

Segundo, o uso da designação **servidor** merece melhor análise, no sentido de que sua designação, nos discursos que circulam nos jornais, do período analisado, ressoa uma definição filiada a formações discursivas de cunho religioso cristão: "estar a serviço" , "servir ao próximo". É o que aponta o recorte discursivo abaixo:

*[...] São servidores, no melhor sentido do termo, que se consagram à causa pública com zelo e dignidade.*

*[...] (Executivos, nem tanto, O ES, 09/08/92, p.02)*

Ainda, contemporaneamente, “**servidor**” está vinculado à designação de uma categoria de cidadão cuja função é cuidar do interesse de caráter público dos cidadãos (coletivo). É neste sentido que ele é servidor. Portanto, o que está em causa é em que medida o cidadão cumpre efetivamente a sua função, ao assumir um cargo no setor público. Por um lado, ele deve estar inteiramente voltado para o interesse público e não o privado. Acontece que ele precisa ser pago. Eis a contradição.

Contradição, principalmente, no que tange às questões de reivindicação/mobilização salarial, nas quais o seu interesse (caráter privado) entra em conflito com o caráter público de sua função, porque é dos impostos recolhidos da população que vêm o seu salário.

Um outro aspecto é que, em época de crise institucional, quando o interesse

da iniciativa privada se mistura ao público, incentivando o recuo do Estado nas funções que deveria exercer, passando-as para a sociedade civil de caráter privado, começa a não fazer sentido a figura do servidor público. Então, por que sustentar quem não tem mais serventia, ou continuar contribuindo por um serviço que não utiliza? Observemos:

1- [...] o desconhecimento de que são servidores públicos, pagos pela população para servi-la. [...] (Serviços, DC, 17/06/89, p.05)

2-[...] é mal atendido por funcionários que estão ali para servir, ou melhor, retribuir em forma de atendimento o salário que recebem.[...] (Repartições, DC, 10/08/89, p.06)

3-Servidores para servir (O ES, 23 e 24/01/93, p.02)

Os recortes discursivos (01), (2) e (3) apresentam correlações entre os termos **servidor** e **servir**. É importante observar o funcionamento sintático do verbo **servir**, tomando os termos a ele vinculados na posição de sujeito e de objeto: como preencher discursivamente o referente do pronome objeto **lá**, em (1)? Como preencher discursivamente a ocorrência do objeto nulo da forma verbal **servir**, em (2) e (3)?

No primeiro caso, há uma correlação entre a co-referencialidade do objeto (la) e a categoria vazia do sujeito do verbo servir (para Ø servi-la). Os elementos que preenchem esta correlação são, respectivamente, **população** e **servidores**.

Certamente, o modo que estes termos estão sintaticamente vinculados não é devido a um mero condicionamento sintático. Nos termos de Pêcheux (1975), esta estrutura sintática é a base de um funcionamento discursivo que opõe as posições de sujeito: servidor e população, sendo que, população, valendo pelo interesse público a quem o servidor deve estar a serviço.

No segundo caso, há uma estrutura vazia correlativa ao preenchimento do objeto. Isto remete aos discursos que designam ação(servir), objeto(serviço) e sujeito(funcionário, servidor), cujos suportes discursivos estão no pré-construído ou na memória discursiva sobre o que diz do *interesse público versus interesse privado*.

Com relação à interpretação atribuída por alguns juristas ao termo “servidor”, estes afirmam que é uma designação de difícil conceituação. O jurista Adilson Dallari recorre a Oswaldo Bandeira de Mello para problematizar esta questão:

*[...]tem dado margem a acirradas polêmicas doutrinárias, e permitindo o estabelecimento de várias correntes teóricas, não se havendo ainda chegado a acordo sobre sua conceituação; imprecisão do termo, pois cada escritor dá sentido diferente à mesma expressão e ainda pretensão de encontrar-se um elemento como **definidor de todos os agentes públicos**. (Mello, apud Dallari, 1990:13)*

Dallari (1989:17) afirma que, juridicamente, “servidor público é quem trabalha para a administração pública em caráter profissional, não eventual, sob vínculo de subordinação e dependência, recebendo remuneração paga diretamente pelos cofres públicos”.

Nesse sentido, Moreira Neto (1991:5) aponta que “no sentido amplo designa o indivíduo que presta serviço a uma entidade pública. No sentido estrito, que é o acolhido preferencialmente pela doutrina, estende-se a denominação àqueles que estão a serviço remunerado das pessoas jurídicas de direito público”.

Assim, entre a construção discursiva de um lugar e outro, as seqüências<sup>17</sup> discursivas dos jornais (1), (2), (3), apresentadas anteriormente, mostram que o vínculo de subordinação e dependência dos servidores adquire um efeito de **subserviência** em nome do coletivo, em detrimento do **profissional**, daí um dos fatores de oposição e indignação enunciativamente presentes nos discursos que circulam os jornais em análise, perante às lutas salariais da categoria ou suas reivindicações por meio de greves/ paralisações.

Terceiro, amplamente utilizada também é a nomeação “**funcionário**” ou “**funcionário público**”, no sentido geral, ou seja, designando todos os sujeitos que trabalham no setor público, bem como no sentido estrito, isto é, ligado a alguma entidade pública, ambas não importando o vínculo profissional (estável ou temporário). Esta forma de designação não corresponde ao preceito legal. Conforme o jurista Adilson Dallari (1989:29), “a palavra ‘funcionário’ não tem significado preciso. **Tecnicamente** ela abrange apenas aquelas pessoas que são **titulares de cargos públicos**”. E continua:

“Na prática, porém, costuma-se chamar de ‘funcionários’ tanto os que ingressaram no serviço público por concurso público (e são titulares de cargos), quanto a **imensa maioria** dos que entram no serviço público sem concurso público, seja mediante um simples teste de aptidão, seja por um processo seletivo simplificado, seja por puro **apadrinhamento político**.” (grifos meus).

O jurista enfatiza, ainda, que “na linguagem comum, **especialmente na imprensa**, todos os que trabalham na prestação de serviços públicos acabam sendo tratados por “funcionários públicos”. (17)

---

<sup>17</sup> Mariani (1998: 53) apresenta a definição de seqüência discursiva a partir de Courtine (1981:25), qual seja: “seqüências orais ou escritas de dimensão superior a frase”, e Mariani completa colocando “que é fluida o suficiente para viabilizar as apreensões das formulações discursivas (fds), ou seja, de seqüências lingüísticas nucleares, cujas realizações representam, no fio do discurso ( ou no intradiscurso), o retorno da memória (a repetibilidade) que sustenta o interdiscurso(...)”. No caso do sujeito do trabalho do setor público, ressoam interdiscursivamente determinados sentidos sobre eles.



Observemos os recortes abaixo:

- 1- *“Governo disposto a não mais demitir os 60 mil funcionários públicos e submetê-los a um concurso para ingresso [...]” (Novo recuo nas demissões, DC, 07/02/89, p.04)*
- 2- *[...] O aumento dos salários pretendidos pelos funcionários públicos previdenciários aprofundará ainda mais esse déficit [...] (Uma greve contra a população, O ES 02/06/89, p. 06)*
- 3- *[...] Agora mesmo, assistimos ao triste espetáculo de funcionários públicos fazendo greve, paralisando serviços essenciais como a previdência social [...] (Grévismo, O ES, 16/09/90, p.04)*
- 4- *[...] Realmente, quando se taxa todos os funcionários públicos de indolentes comete-se uma grande injustiça. O pessoal que cuida das folhas de pagamento do setor público é tão eficaz quanto qualquer empresa privada [...] (Executivos, nem tanto, O ES, 09/08/92, p.02)*
- 5- *[...] É uma injustiça imaginar que todos os funcionários públicos, e em todos os níveis, vivem num paraíso á parte. (Um privilégio em discussão, DC, 03/08/93, p.02)*

Dallari aponta que, como resultado disso, “misturam-se hoje, no serviço público, sob denominação única (mas errada) de ‘funcionários públicos’, gente qualificada e desqualificada, gente que entrou pela porta da frente e gente que penetrou disfarçadamente pela porta dos fundos”.

Na modalidade discursivo-jurídica, com relação à temática sobre o nome que se atribuirá à forma-sujeito do trabalho no setor público, são as **propriedades** que definem a referência, levando à **estabilização dos sentidos**.

## 2.4. As predicacões constituindo o Discurso Fundacional

A prática discursiva que aparece nos jornais evidencia, no período de 1989 a 1993, que há uma predicacão depreciativa sobre o setor/serviço público, descrevendo-o como o lugar:

*das mordomias<sup>18\*</sup> / do empreguismo\* / de inchaço funcional / de pouca competitividade/ de desmotivação / da marajatina brasileira \*/ do bosque dos marajás\* / do marajaísmo / de órgão incompetente/ da incompetência\*/ do desestímulo / da corrupção/ da impunidade/ dos privilégios\* / da estabilidade negativa / das regalias/ de gigantesca estrutura/ do mal atendimento / em que se ganha sem trabalhar/ péssima qualidade/ de ineficiência \*/ da ineficiência gerencial/ da mamata/ da ociosidade \*/ do ócio remunerado/ de proliferação de greves\*/ do paternalismo/ de prevaricação/da burocracia/ do esbanjamento/ dos abusos/ das gastanças / do fisiologismo/ das mazelas / dos gastos excessivos/ em que precisa ocorrer demissões \*/de desmedida intromissão oficial na economia/ de aposentadorias precoces/ de apadrinhamento político/ de produtividade nula/ de corporativismo\* / de castas burocráticas ociosas/ de desorganização/ de leis corporativistas / de clientelismo / dos cartéis/ dos supersalários/ das distorções /do caos/ das fraudes/ que precisa enxugar as gorduras \*/ do nepotismo/ de repartições superlotadas/ em que os impostos são aplicados incorretamente/ comparado a uma pesada e dispendiosa máquina burocrática*

Com relação ao sujeito que atua no setor/serviço público, as predicacões também apresentam um sentido negativizado, construindo uma imagem no sentido de identificar esse sujeito como:

*Ocioso\* /folgado /vadio /desocupado /turista /preguiçosos /indolente apadrinhado / incompetente\* /grevista\* /marajá\* /fantasma\* /assombração improdutivo/despreparado/inservível/improdutivo/*

<sup>18</sup> O uso do asterisco indica a grande incidência desses termos no discurso jornalístico analisado.

*/oneroso/inútil/ parasitas / privilegiados/ relapsos/ corruptos/ ineficientes\*/ desatualizados/ profissional de corpo mole /acomodados / amargurados / desonestos /desnecessários / corporativistas\*/ malandros / descompromissados / chupins / nepóticos / numerosos\* / ineptos / estatutários desinteressados / inassíduos / grevistas\* / marginais / lobistas / impununes / causadores do déficit público, do não aumento do salário mínimo /*

E ainda, a categoria identitária deste sujeito assim é descrita:

*Marajaísmo\* / marajoara / corporativista/ lobista / grevista / classe privilegiada/ "Monte Fuji" (preguiçosa montanha coberta de gelo e que dentro dela há um enorme vulcão adormecido)*

Observemos os recortes discursivos abaixo:

1- [...] *Agiganta-se, espetacularmente por todo o País uma cruzada moralizante do serviço público, consubstanciada na caça aos servidores fantasmas e ociosos. (Cruzada moralizante, DC, 25/02/89, p.04)*

2- [...] *Imobilizado [o governo] na obrigatoriedade de enxugar suas gorduras, a começar pelo excesso de funcionários públicos ociosos em diferentes repartições [...] (Brasil, mudança ou caos, DC, 17/07/89, p.04)*

3- *Eu denuncio um estado de espírito de relaxamento, de indiferença, de pouco caso, de desleixo, de preguiça, de malandragem, de inoperância, de incompetência, talvez, corrupto, que trazem como consequência, no serviço público, principalmente, a perda de vidas humanas; como é o caso da tragédia da favela Nova República, em São Paulo [...] (Eu denuncio, O ES, 01/11/89, p. 04)*

4-*Concordo [...] que o governo não pode recuar na demissão de funcionários públicos ociosos, pois já estamos cansados de trabalhar para pagarmos salários de uma classe de privilegiados que não fazem nada, prestam mau serviço [...] (Demissões, DC , 22/06/90, p. 05)*

5- [...] *A mordomia é uma das piores distorções da*

*administração brasileira. A administração brasileira falhou, em boa parte pela incompetência de seus servidores [...] (Paraíso das mordomias chega ao fim, O ES, 22/04/90, p.04)*

*6-[...] Mas todo brasileiro, cada contribuinte deste país, sabe que de forma geral os serviços públicos são péssimos, medíocres, ineficientes, além de abrigar mão-de-obra ociosa e cara. (Estabilidade para a ineficiência, DC, 19/04/91, p.04)*

*7- [...] No artigo, o ministro [João Mellão Neto/ Jornal de São Paulo/ sobre reforma administrativa no serviço público] se refere à reforma, necessariamente, ao funcionalismo público caracterizando-o de "Monte Fuji" (preguiçosa montanha coberta de gelo e que dentro dela há um vulcão adormecido ). [...] (Nos bastidores do funcionalismo, O ES, 08/08/92, p.02)*

*8- [...] São uma minoria [servidores que se consagram à causa pública com zelo e dignidade] [...] sustentando o corpo mole da maioria acomodada e desmotivada para o trabalho. [...] (Executivos, nem tantos, O ES, 09/08/92, p.02)*

Na construção do fato em notícia, no período analisado e evidenciado pelos recortes de (01) a (08), o funcionamento dos predicados sobre **o lugar** (setor/serviço público), bem como a predicação sobre **os sujeitos** que nele atuam e sua **categoria**, aparecem sendo construídos num sentido de correspondência, conforme esquema abaixo:

<b>Setor/serviço público</b>		<b>sujeito atuante</b>
Ineficiência	=	ineficiente
Ociosidade	=	ocioso
Corrupção	=	corrupto

Em termos de desqualificação, setor público e "funcionário público" estão imbricados diretamente.

## 2.5. As Designações e as Predicações no Discurso Fundacional

### *Agindo para a construção de um futuro*

Pode-se dizer que o uso de determinadas designações e predicações, bem como o jogo com o tempo organizador do fato, na prática discursiva<sup>19</sup> analisada, contribuem para a construção de um tempo futuro a partir de um certo modo de relação estabelecido com o tempo presente. Mariani (1998:59) afirma:

“a análise do discurso jornalístico se faz importante e necessário já que este, enquanto prática social, funciona em várias dimensões temporais simultaneamente: **capta, transforma e divulga** acontecimentos, opiniões e idéias da atualidade - ou seja - lê o presente - ao mesmo tempo em que **organiza** um futuro - as possíveis conseqüências desses fatos do presente - e, assim **legitima** enquanto passado - memória - a leitura desses mesmos fatos do presente, no futuro.”

Daí o efeito de discurso fundacional determinado por uma relação com o presente em que este é tomado como inconcluso, ou seja, incompleto relativamente a uma memória de passado planejado e projetado para o futuro.

Analisemos, por exemplo, os recortes das seqüências discursivas abaixo:

1- [...] *Lula era a opção do continuísmo [...] o PT garantiria aos servidores estatais e do serviço público a continuidade da mamata, da ociosidade, da corrupção, das muitas mordomias e da incompetência irresponsável [...] Agora é torcer pela*

<sup>19</sup> Segundo Foucault (1990: 241) **prática discursiva** é um “conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no espaço e no tempo, as quais definem em uma época específica e em uma era social, econômica, geográfica ou lingüística dada, as condições do exercício da função enunciativa”. Já Mariani (1998: 241) lembra que de acordo com Pêcheux (1988), “a noção de prática discursiva permite criticar o idealismo da concepção de **prática de sujeitos**” que seriam totalmente responsáveis (e portanto responsabilizáveis) por seus atos e palavras.

*privatização, pela demissão dos ociosos que infestam as estatais e o serviço público. (Empreguismo, DC, 04/01/90, p.06)*

Em (01), há um jogo com o passado a partir do presente, ou seja, o enunciador propõe uma retomada do passado e a partir desta organiza o presente em função do futuro. Assim, a forma-sujeito funcionário público aparece como ocioso que precisa ser mudado, sendo que isto se dará por meio da privatização dos serviços.

Vejamos ainda:

*2-[...] Concitamos nossa representação [empresários da Região Sul] a atuar com firmeza na defesa desta bandeira [interesses do cidadão comum], que implica, obrigatoriamente, no combate ao déficit público, fim da estabilidade no serviço público, contra qualquer tipo de corporativismo, pela aceleração do processo de privatização[...], abertura nacional para o capital externo.[...] (A defesa do cidadão comum, DC, 20/11/91, p.05)*

Em (2), observa-se a fundação de um futuro, tendo em vistas a **organização das representações políticas**, no caso representantes dos empresários, nas esferas legislativas (municipal, estadual e nacional) para as mudanças de ordem econômica e filosófica, pelas quais estes deveriam se dedicar. Em Collor, os discursos ainda aparecem não tendo um direcionamento a seguir. Em FHC, este direcionamento será proposto, qual seja, mudanças na Constituição atingindo o seu modelo de Estado.

*3- [...] As greves no serviço público tornaram-se rotineiras desde a entrada em vigor da Constituição de 1988, uma obra prima do corporativismo, populismo barato e erros jurídicos, empurrada goela abaixo da sociedade brasileira, e inacreditavelmente batizada de "Constituição Cidadã " pelo deputado Ulysses Guimarães. [...] (Uma greve abusiva, ES, 15/01/92, p.02)*

No recorte discursivo (3), o efeito fundacional aparece apontando para o futuro, no sentido de um direcionamento a seguir, qual seja, depreciar a Constituição vigente

a partir do dispositivo que permite o direito à greve para os sujeitos do trabalho do setor público, situação freqüente no período inflacionário brasileiro e em protestos a medidas de contenção de gastos públicos por meio de demissões de servidores públicos, colocando-os em oposição a cidadãos, como se estes também não fossem cidadãos.

4- [...] *A campanha deflagrada por partidos de esquerda, centrais sindicais e entidades classistas contra a revisão constitucional está recheada de equívocos [...] erra também o respeitabilíssimo presidente da Associação Brasileira de Imprensa, Barbosa Lima Sobrinho, ao emprestar o nome à lideranças do movimento anti-revisional[...] Enganam-se os inimigos da revisão se imaginam que a imprensa brasileira vai compactuar com posição tão unilateral, desperdiçando a oportunidade de promover um amplo debate pelo aprimoramento da Carta híbrida e xenófoba promulgada sob o signo da descompressão que sucedeu o autoritarismo. [...]* (grifos meus) (A revisão e a reação, DC, 18/08/93, p.02)

Em (4), a revisão da Constituição de 1988, no discurso fundacional, apresenta-se como polêmica, principalmente no discurso jornalístico. Porém, a posição enunciativa do jornal em análise, contrariando, principalmente, a posição do “respeitabilíssimo” presidente da Associação Brasileira de Imprensa, colocar-se-á favorável à revisão, é o que se percebe pelos adjetivos “híbrida” e “xenófoba” atribuídos à Constituição vigente .

## Capítulo 3

# O desaparecimento do “funcionário público”: as condições de Governabilidade de/em FHC

*Mídia não é governo, é governabilidade.  
(Fernando Henrique Cardoso, DC/dez/96)*

Se Collor de Mello, via mídia, tornou-se conhecido como "o caçador de marajás", a partir de 1993 e principalmente em 1994, outro sujeito é discursivamente tirado do "anonimato", pelo menos para a grande maioria da sociedade brasileira, passando a ocupar espaços discursivos na grande **mídia nacional**. Fernando Henrique Cardoso emerge **nacionalmente** sob os efeitos do **Plano Real**, plano econômico lançado no governo transitório pós-Collor, no qual este passa de Ministro das Relações Exteriores para Ministro da Fazenda. O Plano Real controlava a inflação, inicialmente, sobrevalorizando a moeda brasileira (sob nova designação: Real), em relação ao dólar. Esta situação durou todo o seu primeiro mandato (1994-1998), sacrificando a sociedade brasileira em nome desta sobrevalorização da moeda nacional, o que ainda garantiu-lhe a reeleição.

Diferente de Collor, cujo passado deveria ser "esquecido", em FHC, o seu **passado político** será evidenciado, no sentido de ser o candidato que reunia as



condições políticas para dar "governabilidade" ao país, dentro das exigências da economia internacional e da iniciativa privada brasileira. Este passado político será reatualizado e resignificado nas construções discursivas que aparecem nos jornais em análise. É o que evidenciam os recortes abaixo:

1- *Uma voz que deve ser ouvida - Ouvido em silêncio pelo plenário, o senador Fernando Henrique Cardoso [...] "Há nítida sensação", disse, "de que existe um desgoverno e o caos está próximo". Longe de simplificar - como pode ser a tendência de alguns - buscando catalogar o líder do PSDB no Senado como uma das bestas do Apocalipse: ao contrário, é um político moderado, com coerente visão dos problemas nacionais, e que identifica no Estado as raízes da crise brasileira, pela corrupção, atinge toda sociedade [...]* (DC, 01/09/91, p. 03)

2- *Economia ganha um intelectual combatente - O sociólogo e professor da USP, Fernando Henrique Cardoso, tem hoje 62 anos, é um respeitado intelectual brasileiro no exterior. Saiu do país em 1964, no ano do golpe militar, em direção ao Chile[...] Em 1968, voltou ao Brasil para dar aulas de Ciência Política na USP, mais seis meses depois foi aposentado em função do AI-5. Em conjunto com outros professores afastados da Universidade fundou o Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento)[...] No início da distensão (sic) política, começou sua participação partidária entrando no MDB em 1977 [...] Fernando Henrique se fortaleceu como uma das lideranças do MDB Autêntico, ligado ao grupo de Mário Covas e Montoro. Em 1983, assumiu a vaga de Montoro no Senado. Líder de Tancredo no Congresso [...] Suas diferenças com parte do PMDB, se radicalizaram e acabou formando o PSDB com seus aliados históricos. (O ES, 21/05/93, p.04)*

3- *Começa o último governo Itamar- [...] Entre ir para um lado ou para outro, o presidente [Itamar Franco] escolheu ficar com quem tem fama de estar em cima do muro, mas que de agora em diante tem um rumo próprio definido.[...] Se derrubar a inflação e arrumar o país, Fernando Henrique Cardoso pode ser o sucessor de Itamar Franco. [...]* (DC, 21/05/93, p.03)

A sustentação discursiva em FHC centra-se na enunciação do seu **passado**, isto é, de **intelectual e político**, e o efeito ideológico é o de que este passado o legitimava a ocupar o lugar daquele que promoveria a "governabilidade", faltava-lhe apenas o apoio popular, fundamentalmente dos setores **não organizados** do país, o que consegue com o Plano Real.

Em 1994, ocorreu a eleição para escolher o sucessor de Itamar Franco. Sob o efeito do Plano Real e sob a modalidade enunciativa **fundadora** para construção da metáfora do *Estado Moderno*, FHC \_ de dentro do governo \_ apresenta-se como o principal adversário do candidato da oposição, Luís Inácio Lula da Silva, ao Planalto.

Lula contava com o passado político amplamente reconhecido pelos setores organizados, mas faltava-lhe o reconhecimento intelectual.

A candidatura de FHC é sustentada discursivamente pela enunciação jornalística em análise, pois este assume o discurso que ela vinha colocando em circulação, qual seja, a de construir um *Estado Moderno* em detrimento de um Estado denominado de *Paternalista*.

Observemos os recortes discursivos em *O Estado*, que apresenta sua enunciação jornalística apoiando esta candidatura.

1- *Governabilidade é a palavra-chave da próxima eleição presidencial.[...] A esquerda só por milagre conseguirá formar maioria parlamentar capaz de assegurar a governabilidade caso seu candidato chegue ao Planalto. Fernando Henrique Cardoso ao contrário, reúne essas condições , e já começa a trabalhar nesse sentido.[...] (A questão da governabilidade, O ES, 29/04/94)*

2- *[...] Fernando Henrique Cardoso é alavancado pelo real (sic) nas pesquisas, o mesmo real (sic) que coloca em situação desconfortável seu principal oponente, o petista Luiz Inácio Lula da Silva, obrigado agora a mudar de discurso e a evidenciar o irrealismo de suas propostas fundamentadas no paternalismo estatal. Tudo indica que o Brasil, enfim, encontra um rumo para o primeiro mundo. Na economia e na*

**política.** (grifos meus) (O efeito real, O ES, 29/07/94, p.05)

3- [...] O candidato tucano foi o que melhor encarnou a proposta liberal, temperando-a com proposições da social democracia, num discurso claro e didático, que torna transparente o que todos sabem intuitivamente: não há projeto social que se sustente sem uma sólida base econômica. [...] (O que está em jogo, O ES, 19/09/94, p. 02)

Como empresa privada, porém passando o efeito de "imparcialidade" jornalística, a enunciação jornalística de O *Diário Catarinense* enuncia sua voz de apoio a esta candidatura, na maioria das vezes, por meio de vozes de outros setores empresariais, presentes diariamente em suas enunciações. Vejamos o que aparece no jornal O *Diário Catarinense*:

1- Os empresários deflagraram hoje uma ofensiva no Congresso para garantir a realização da revisão constitucional e a inclusão das reformas que eles pretendem fazer na Constituição.[...] "Vamos fazer um arrastão do contribuinte, de gabinete em gabinete, pela realização da revisão e diminuição do número de impostos", adiantou o presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil, Guilherme Afif Domingos.[...] (Empresários pressionam para assegurar reformas, DC, 27/01/94, p.08)

2- Plano FHC - Thatcher [pioneira do modelo de privatização do setor público/Inglaterra] considera programa econômico coerente e corajoso. (DC, 19/03/94)

3- Consenso: Revisão [da Constituição Nacional] une maioria dos empresários. (DC,28/03/94)

4- São Paulo- Inspirados no movimento "Decola Brasil"- a favor da Revisão Constitucional - e nas mobilizações de Juventude Janista, os empresários de São Paulo lançaram ontem o "Desperta Brasil", uma nova referência à candidatura do Senador Fernando Henrique Cardoso ( PSDB-PFL-PTB ) ao Planalto. A idéia nasceu da cabeça do empresário Andréa Matarazzo [...] (Tucano ganha militância empresarial, DC, 17/08/94, p.06)

*5- Promessas - Fernando Henrique: Fazer reformas constitucional, tributária e administrativa. Reformar a previdência para aumentar o salário mínimo sem provocar crise fiscal. (DC, 18/08/94, p.04)*

A ordem do discurso que emerge com toda força e impõe-se no período anterior e durante a eleição de 1994 é a que procura construir a metáfora do *Estado Moderno*, sob a ótica capitalista internacional e empresarial brasileira. FHC assume esta discursividade e, em 1994, sagra-se vitorioso nas urnas.

### **3.1.Deslocamentos das Designações: Funcionamento no discurso fundador tendo em vista o desaparecimento da forma-sujeito “funcionário público”**

Enquanto no período Collor, no modo enunciativo **fundacional**, a forma designativa para o sujeito que trabalha no setor público apresentava-se **instável**, apesar da predominância **depreciativa**, outras designações apareciam produzindo efeitos de sentidos, em que afluíam os conflitos sociais presentes nas filiações históricas e discursivas que estas suscitavam. Ou seja, os **diversos lugares** de interpretação para esta forma-sujeito do trabalho. Já na modalidade enunciativa **fundadora presente em FHC (94 a 98)**, nos recortes discursivos que circulam os jornais em análise, a modalidade discursivo-política tende à **estabilização**, isto é, à **sedimentação** de sentidos, à sobreposição de um aos demais, silenciando as interpretações ou filiações históricas possíveis. Refiro-me à designação **“servidor”/“servidores públicos”**, a partir da concepção jus-política, ou seja, dentro da modalidade discursiva jurídico-administrativa.

A utilização **predominante**, para não dizer exclusiva, da designação "**servidor público**", como efeito ideológico, produz um silenciamento dos outros "lugares de fala". Assim, é só do lugar do discurso da empresa jornalística na modalidade jurídico-administrativa que este sujeito é designado. Porém, no uso dessa designação, não é evidenciada a diferença entre servidor estável (funcionário público) e não estável. Apresentando o funcionamento enunciativo de **fechamento de sentido** para os (e)leitores, pois todos os servidores são apresentados como estáveis. Logo, a necessidade da Reforma Administrativa para acabar com esta estabilidade funcional, no dizer jornalístico, "engessamento contratual", e que não permite a construção de um "Estado Moderno".

Um outro aspecto importante com relação à designação predominante "**servidores**", é que sua definição, a exemplo do que ocorre no período Collor, ressoa, filiando-se aos processos históricos, em que este sujeito do trabalho deve estar sempre a "serviço", em virtude de sua função pública, numa total subserviência ao poder público.

1- [...] O funcionalismo deixou de ter como atribuição maior servir o público para normalmente servir-se dele [...] (DC, 06/01/94, p.02)

2- [...] deveriam servir e não dela servir-se.[...] (O ES, 10/01/96, p. 02)

3- [...] de modo que o servidor possa de fato cumprir sua função de servir bem à população. [...] (DC, 05/02/95, p.04)

Enquanto no discurso fundacional, as designações/predicações eram predominantemente negativas e se remetiam mais ao sujeito que ocupava esta forma-sujeito, tendo em vista separar o "bom" do "mau" funcionário, no discurso fundador, serão remetidas, num primeiro momento, ao coletivo desta forma de

trabalho, sempre de forma **depreciativa**, e tendo em vistas o seu desaparecimento.

Como nos exemplos a seguir:

*Corporativista\* / corporativismo descarado/ corpo burocrático/ burocracia babilônica e devoradora/ ferreamente corporativa/ predadores do serviço público/ entidade macrocéfala e autofágica*

A partir da designação/predicação do "**coletivo**", de forma depreciativa como a apresentada acima, dentro da enunciação jornalística que circula nos jornais, outras vozes resistentes a estas generalizações, colocam-nas em xeque.

Pelo funcionamento do "deslize de sentido", as designações/predicações começam a aparecer, referindo-se a **grupos** dentro **deste coletivo**, a saber:

*Castas\* / castas de donos do poder/ castas funcionais\* / castas de marajás insaciáveis/ castas de profissionais/ muita gente que recebe sem fazer nada/ minoria esperta\* / grupilho sic de servidores espertos / servidores de baixo e médio escalão percebam verdadeiras fortunas/ lobbies funcionais/ legiões de marajás*

As designações e predicações que aparecem se referindo a **um grupo** dentro **do coletivo** desta forma de trabalho, mostram-se sempre **indeterminadas**. O funcionamento da indeterminação referencial, isto é, quais os nomes dos grupos, das minorias que tanto fazem mal ao setor público e à nação brasileira, justamente, é o que possibilita a constituição das "generalizações". Novamente, todos os sujeitos desta forma de trabalho do setor público aparecem depreciados e sustentando discursivamente a emergência da implantação de uma reforma administrativa que porá fim a todas essas "**minorias**" (com efeito de "**maiorias**"), responsáveis pelas mazelas do país e do setor público, tudo em nome de um "Estado Moderno".

## 3.2.O Estado Moderno constituindo-se a partir do desaparecimento da forma-sujeito “funcionário público”

*[...] O tiro mortal foi dado contra o servidor público [Proposta estadual de reforma administrativa do estado], mas o alvo político é Brasília. Assim como o antecessor **Vilson Kleinübing** [este também elaborou plano de reforma administrativa estadual sonhava com projetos nacionais], **Paulo Afonso** está mirando o cenário brasileiro.[...] **A questão é que malhar o funcionário virou grande negócio para os governantes.** (grifos meus) (O alvo do tiro no servidor, O ES, 10/01/96, p. 02)*

Este é um dos raros recortes discursivos em que se problematiza ou se questiona a **ordem do discurso** vigente e presente nas enunciações jornalísticas, qual seja, a de apresentar o funcionário público/setor público como os responsáveis pelo endividamento governamental e mazelas nacionais, tendo em vista o seu desaparecimento, por meio da construção da metáfora do "Estado Moderno". Este recorte parte de um lugar enunciativo diferente, chamando a atenção para esta lógica discursiva.

Em FHC, **sedimenta-se e organiza-se** esta ordem do discurso, por meio da Reforma Administrativa, que se constitui como *a pedra angular* perante o (e)leitor e a opinião pública, no desencadeamento das demais reformas à Constituição, tendo em vista a formação do *Estado Moderno*, sob a ótica empresarial da iniciativa privada internacional e brasileira, como bem visibilizam os seguintes recortes discursivos:

1- [...] *Ele, [FHC] garantiu que o Brasil vai se impor diante da "mesquinhez" dos que combatem às mudanças na Carta. Neste momento do discurso, Fernando Henrique chegou a dar um murro na mesa*

*e foi aplaudido pelos mais de 100 empresários presentes na solenidade.[...] ( O ES, 11 e 12/02/95, p.03 )*

*2- [...] Foi (sic). nas reformas [à Constituição] que votaram majoritariamente os brasileiros ao eleger Fernando Henrique Cardoso presidente da República.[...] (Reformas em marcha, DC, 19/02/95, p.02)*

Faz-se necessário esclarecer que, "Reforma Administrativa" é um conjunto de Emendas à Constituição de 1988, propostas pelo governo federal, no sentido de alterar dispositivos da Carta que legislam sobre a Administração Pública e, principalmente, com relação à "revisão" de direitos dos sujeitos que para ela trabalham. Um dos objetivos básicos que a sustentam é o fim da estabilidade funcional, bem como a flexibilização na forma de contratação, extinguindo a obrigatoriedade do Regime Jurídico Único.

Após a eleição de FHC, novos sujeitos ganham visibilidade na enunciação jornalística e estes são descritos como aqueles que viabilizarão as reformas, no caso, a Reforma Administrativa.

Observemos:

**1- Bresser Pereira - ( SAF ) Convocado junto ao PMDB, foi titular no ministério da fazenda equipe Samey [...] Na montagem da equipe de FHC, tentou emplacar a posição de Chanceler, mas acabou vetado pelo Itamaraty. Assim começa no banco de reservas, e vai precisar treinar duro na zaga para cuidar do funcionalismo. A torcida ainda não sabe se ele vai ter peito para agüentar o tranco corporativista. [grifos meus] (Em campo, DC, 15/01/95, p.08)**

**2- Ao tomar posse no cargo de ministro da Administração Federal e da Reforma do Estado, Luís Carlos Bresser Pereira preconizou não apenas o fim da estabilidade dos servidores público, como também a desestatização das universidades, museus, fundações e entidades sociais hoje**



*mantidas pelo governo. A reação a essas propostas será violenta, pois elas tocam em alguns "vespeiros" mencionados pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em seu discurso de posse.[...] (grifos meus) (A reforma do Estado, O ES, 04/01/95, p.02)*

Os recortes discursivos (1) e (2) nomeiam de forma diferente o ministério que será responsável por viabilizar a reforma administrativa. Em (1), a nomeação "SAF" \_ Secretaria de Administração Federal \_, encontra-se deslocada da ordem discursiva vigente e relembra a designação correspondente ao "Estado Paternalista". Em (2), a designação "Administração Federal e Reforma do Estado", encontra-se afinada com a ordem do discurso e aponta para o processo que será desencadeado para corresponder à construção do "Estado Moderno", por meio das mudanças na Constituição brasileira<sup>20</sup>.

Nos dois recortes, fica evidenciado, por meio das expressões "vespeiro" e "corporativismo", a forma depreciativa pela qual esta categoria é designada, o que dá um efeito de sentido positivo (suporte ideológico) para que tais mudanças ocorram.

De dentro da composição ministerial do governo FHC, aparece o conflito existente com relação à ordem discursiva sobre a quebra da estabilidade. Refiro-me ao posicionamento discursivo do então Ministro da Saúde Adib Jatene:

**3- Brasília-** *O Ministro da Saúde, Adib Jatene, defendeu, ontem a estabilidade do servidor público, divergindo publicamente, pela primeira vez, de seu colega da Administração, Bresser pereira. [...] "Tenho 40 anos de experiência no setor público; pessoas que vêm do setor privado e têm que ouvir quem conhece para ajustar suas idéias e não criar problemas", sustentou sem citar o nome de Bresser. [...]. "O que destruiu o serviço público foram os cargos em comissão, porque eles*

<sup>20</sup> Em 1999, início do segundo mandato de FHC e período não extensivo a esta pesquisa, a instância administrativa passa a ser chamada de **Secretaria do Planejamento, Orçamento e Gestão**.

*dirigem a estrutura sem ter compromisso real com o serviços público”, afirmou o ministro, defendendo a restauração da carreira no funcionalismo.” (O ES, 05/01/95, p.04)*

Em seguida, após as repercussões jornalísticas do posicionamento enunciativo de Jatene, em que a ordem discursiva do governo FHC se mostra não tão afinada quanto parecia, é noticiado um encontro na Granja do Torto com o primeiro escalão do governo. Vejamos (*Unificando o Discurso*, DC, 07/01/95, p.2):

*O Presidente Fernando Henrique Cardoso nunca deixou de proclamar que escolheu seu ministério com base em um critério fundamental: o da adesão a um programa.[...] Os pontos básicos do encontro [06/01] são a apresentação de uma Lista de diretrizes administrativas, com vistas a harmonizar o discurso e a ação.[...]*

O recorte apresenta, ainda,

*O ministro da Administração Federal e reforma do Estado, Bresser Pereira, vinha defendendo repetidamente a tese de que é preciso acabar com a estabilidade do funcionalismo, por entendê-la como inimiga da produtividade e aliada à ineficiência. Com tal posicionamento insurgiu-se o ministro da Saúde, Adib Jatene, por julgar que o instituto é importante, já que permite que os trabalhadores trabalhem livres de pressão e tendo em vista o interesse coletivo. [...]*

Percebe-se, pelo uso do verbo "insurgir", na perspectiva enunciativa jornalística, de que forma será descrito aquele que "desafinar" da ordem discursiva imposta pela mídia empresarial e pela iniciativa privada do país: um "conspirador" que poderá colocar em perigo o programa de "Modernização do Estado". Também :

*A supressão do **privilégio** [estabilidade] é parte da plataforma do Senhor Fernando Henrique Cardoso.[...] Além do mais, a posição presidencial [é a de ser] inaceitável. Pois no Brasil a estabilidade costuma premiar a incompetência e servir de **escudo para o grevismo** . [...]* (grifos meus)

Nesta perspectiva enunciativa, "privilégio" tem a ver com a **diferença** funcional de garantia de permanência no emprego, existente entre setor público e privado. Esta diferença é entendida como "privilégio", logo tem de se pôr um fim, pois dentro de uma perspectiva privatizante, a preocupação maior, evidenciada no recorte discursivo, é o de não haver greve, colocando o sujeito do trabalho no domínio irrestrito da política do seu patrão e da "ordem do mercado".

O ministro que mostrar publicamente seu posicionamento contrário a alguma diretriz do governo, será discursivamente descrito como seu inimigo e este terá seus dias contados, como o que aconteceu com o ministro da Saúde, Adib Jatene.

A sustentação discursiva contra a estabilidade funcional e seus respectivos "mentores" aparece ocupando os espaços discursivos e as práticas sociais.

*1- Pesquisa feita com **empresários associados ao Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE)** revela que 98% deles concordam com o fim da estabilidade do funcionalismo público e 74% são favoráveis à íntegra da proposta do Executivo para a Reforma Administrativa [...]* (grifos meus) (DC, 08/11/95)

*2- [...] Pesquisa nacional do Ibope [encomendada pelos empresários da Confederação Nacional da Indústria] demonstra que **52% dos brasileiros apoiam o fim das aposentadorias especiais e 53% querem a extinção da estabilidade.**[...]* (grifos meus) (O ES, 18/03/96, p.05)

Num espaço de tempo posterior, observa-se a concretização das medidas anunciadas:

3- [...] A Câmara dos Deputados, finalmente, dispõe-se a enfrentar a votação do projeto da reforma administrativa em plenário. **Inegável ser esta reforma um dos pilares da modernização do Estado [...] eis que eliminará uma das causas estruturais do déficit público.**[...] (grifos meus) (O ES, 24/02/97, p.02)

Em (3), enuncia-se do ano de 1997, período no qual o governo já colocou em prática todo o discurso sobre o *Estado Moderno*, que assumiu durante a campanha. Esta forma de trabalho, qual seja, a de funcionário público, conforme definição jurídica, anteriormente descrita, tenderá ao **desaparecimento**, pois as propostas presentes e conseqüentemente aprovadas na Reforma Administrativa propiciarão o aparecimento de outras formas-sujeito para o trabalho no setor público.

O recorte discursivo abaixo, já aponta para o funcionamento que possibilitará este desaparecimento:

4 - O projeto de Bresser Pereira, denominado de "**publicização**", terá conseqüências desastrosas para a população. O ministro vem alardeando que a proposta privilegia a formação e capacitação profissional, mas não divulga que ela deve atingir apenas os médios e altos administradores, ou seja, nem a longo prazo a proposta pode garantir a melhoria na qualidade de serviços prestados à população. (grifo meu) (*Publicização*, O ES, 21/08/85, p.5)

Neste recorte discursivo, "**publicização**", designação do projeto de reforma administrativa, funciona produzindo o efeito de sentido de que o projeto anterior à Constituição de 1988, e conseqüentemente aprovado, com relação a esta temática, viabilizou a "**privatização**" do setor público, ficando este nas "*mãos de castas funcionais*", como o que se percebe no recorte discursivo :

*[...] Quebrando o monopólio, o petróleo voltará a ser nosso, não mais de funcionários de uma estatal. (Monopólio em agonia, DC, 05/06/95, p.02)*

O termo "nosso" apresenta-se **indeterminado**, pode ser entendido como "povo", "sociedade brasileira". Porém, com um pouco mais de atenção em relação ao lugar onde a enunciação ocorre, pode-se entender que "nosso" quer dizer da iniciativa privada do país. No entanto, "funcionários de uma estatal" mostra **determinadamente** a quem a perspectiva enunciativa se opõe. Assim, emerge a necessidade de torná-lo "**público**". Percebe-se que esta designação funciona a partir do jogo ideológico que se faz com o termo "**publicização**", no sentido de "camuflar", para a opinião pública, os interesses da **iniciativa privada**.

Um outro aspecto em (4) é o que evidencia o desaparecimento da maioria dos funcionários públicos, apontando para uma das metas do "*Estado Moderno*", ou seja, possuir "*núcleos estratégicos funcionais*", pois a maioria do quadro funcional, principalmente federal (80%), conforme França (1993:18), é composta por "*aqueles de quem não é exigido nível universitário no exercício da função*". A autora os designa como "barnabé"(pequeno funcionário público), pois "*os trabalhos que realizam em uma grande diversidade de cargos, dizem respeito aos serviços de escritório e/ou atendimento público. Pelo menos a metade de seus membros está incluída nas referências salariais mais baixas da carreira*".

Em virtude disso, o projeto de "publicização" para o setor público procurará funcionar, como uma estrutura piramidal, qual seja, sua base será composta por funcionários de pequeno a médio nível. E estes setores serão privatizados por meio da flexibilização contratual e o fim da estabilidade. No topo da pirâmide, haverá investimentos em termos salariais e em termos de *formação e capacitação* para os grupos de *médio e altos funcionários*. Esses "iluminados" ou *grupos estratégicos* comandarão todo o funcionamento do setor público.

Dentro da ordem discursiva, que norteia o projeto de Reforma Administrativa, algumas enunciações jornalísticas mostram quem seriam estes *altos e médios funcionários*:

1- Servidor de nível superior pode ter reajuste salarial. (O ES, 01/02/96)

2- [...] Segundo o presidente [ FHC ], valorizar o funcionalismo é "preservar núcleos estratégicos do Estado e para esse criar as carreiras competentes." (DC, 17/05/96, p.04)

3- [...] o Ministério da Administração e da Reforma do Estado faz os estudos necessários para implantar a figura do emprego público, o qual poderá representar, no futuro, cerca de 60% da mão-de-obra posta a serviço das várias esferas do governo. O sistema estatutário será preservado somente para as carreiras típicas de estado. [...] (Funções e empregos públicos, DC, 26/11/96, p.02)

4- [...] A disseminação de altos salários que deveriam, segundo um entendimento criterioso[...] restritos às funções de Estado- ministros de tribunais superiores, desembargadores e juizes, parlamentares, ministros e secretários dos executivos, auditores e fiscais [...] (A Reforma que não anda, DC, 11/03/97, p.2)

5- [...] Hoje, a União age no sentido contrário adotado pela iniciativa privada, paga acima do mercado os funcionários operacionais contínuos, ascensoristas, motoristas, digitadores abaixo do mercado os capacitados a exercer funções essenciais de Estado.[...] (Resolução no trabalho, DC, 09/04/97, p.02)

6- **Rio-** A ministra de Administração Federal e Reforma do Estado, Claudia Costin [...] em palestra no 8º Congresso Brasileiro da Qualidade e produtividade[...] defendeu a terceirização do serviço em áreas de apoio administrativo que, hoje, abrange 65% dos funcionários públicos. "Precisamos de menos contínuos e mais fiscais e agentes e políticas públicas", disse. (DC, 21/08/98, p.04)

Os recortes discursivos de (1) a (6), que circulam as anunciações jornalísticas no modo fundador, apontam para o desaparecimento do "pequeno funcionário público", maioria funcional federal, conforme recorte discursivo (6), representando mais de 65%. Estas funções, na perspectiva do *Estado Moderno*, por meio da injunção da iniciativa privada brasileira e internacional, tenderá futuramente ao desaparecimento em virtude da terceirização e do fim da estabilidade funcional, que era promovida pelo concurso público, sob a forma estatutária do Regime Jurídico Único.

### **3.3. Resistências: a relação de forças em confronto com a "ordem discursiva" vigente**

Dentre os autores que teorizam sobre o *poder* nas sociedades democráticas, Michel Foucault propõe um deslocamento no sentido de percebê-lo não como uma relação entre "dominantes" e "dominados", ou ainda, apenas como um "sistema" coercitivo que se impõe aos seus comandados, e sim de que o *poder* é exercido por meio de uma **relação de forças**:

*A partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência. Jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e seguindo uma estratégia precisa.*  
(Foucault, 1979: 241)

Na enunciação jornalística, tanto em Collor quanto em FHC, pode-se perceber a relação de forças, isto é, "resistências" a ordem discursiva depreciativa sobre a temática funcionário público. Enunciações de outros lugares, apesar de minoritárias,

evidenciaram o processo conflituoso e de resistência com relação à construção de uma imagem depreciativa deste sujeito e de sua organização política, bem como resistências à construção do projeto de Reforma Administrativa. Estas enunciações aparecem, predominantemente, em função das diversas greves/paralisações que ocorreram no setor público do país, mais no período Collor, mas presentes também em FHC, apesar do enfoque discursivo depreciativo por parte dos jornais analisados, tais como:

*paredismo da ociosidade / manipulação paredista / movimento paredista / regra/rotina na categoria / corporativismo inconseqüente / movimentos dissociados dos interesses nacionais / interesses corporativistas / sociedade refém do corporativismo / extensão das férias / abuso do direito / rebelião dos expurgados / radicalismo vesgo / greves de conteúdo político / sindicalismo selvagem / sindicalistas estatizantes / corporativismo descarado / pressões corporativistas / grevismo selvagem e inconseqüente / movimento ilegal,*

Isso possibilitou o aparecimento da voz deste sujeito, representantes de sua categoria e opinião pública, bem como outras vozes promovendo alguns deslocamentos de sentidos na ordem do discurso predominante em cada período. O recorte discursivo que descreve o período de duração da Reforma Administrativa já aponta para a categoria "**resistência**", observemos:

*[...] A votação da reforma administrativa chega hoje ao fim, depois de uma tramitação tumultuada que durou 2 anos, 6 meses e 17 dias no Congresso. Durante este período, houve bate-boca de deputados e senadores, ameaças de rompimento com o governo [ FHC ], protestos de servidores públicos. [...] (O ES, 11/03/98, p. 04)*

Enuncia-se do ano de 1998, ano da aprovação da Reforma Administrativa, mostrando o processo político e discursivo de construção desse projeto, processo em que as relações de forças entraram em confronto.



# Conclusão

## INIMIGO, a imagem divulgada de “funcionário público”

A análise das designações e predicções sobre o tema “funcionário público”, possibilitou, de alguma forma, trazer um outro dizer acerca do assunto.

Assim, os modos de referência ao “funcionário público”, no período de 1989 a 1998, nas enunciações jornalístico-políticas de *O Estado e Diário Catarinense*, apontaram para dois processos discursivos diferentes. Tanto no governo Collor quanto no governo FHC, a temática “funcionário público” funcionou como a grande desencadeadora de mudanças, ou melhor, “reformas” no setor público nacional. E para tanto, o ponto discursivo central foi a depreciação da imagem deste sujeito do trabalho.

No entanto, como foi mostrado, em Collor a depreciação foi sustentada discursivamente na **elegibilidade** (anterior e posterior a sua eleição), na modalidade discursiva fundacional, tendo em vista a separação entre o “bom” e o “mau” funcionário. A depreciação da imagem do “funcionário público” foi enunciada, principalmente, de fora, da exterioridade relativamente à posição do sujeito governante.

Em contrapartida, em FHC, a depreciação da imagem de “funcionário público” sustentou-se discursivamente na **governabilidade**, constituindo a modalidade discursiva fundadora, no sentido do desaparecimento desta forma-sujeito do trabalho. No período FHC, a depreciação vem enunciada de dentro, isto é, todo discurso é produzido no interior do governo.

Os recortes discursivos de *O Estado* e do *Diário Catarinense* mostraram que ambos os governos nacionais foram respaldados pelos governos de Santa Catarina [(Pedro Ivo Campos (PMDB), Vilson Kleinübing (PFL) e Paulo Afonso Vieira (PMDB)]. O discurso depreciativo sobre o “funcionário público” teve ressonância no cenário político catarinense, como mostraram as enunciações presentes nos jornais analisados.

As denominações e predicacões presentes na prática discursiva de *O Estado* e o *Diário Catarinense* apresentaram o dispositivo de “fechamento de leitura”, ou seja, o efeito que aponta para o direcionamento hegemônico de um sentido para a forma-sujeito do trabalho do setor público, construindo uma imagem, qual seja, a de **inimigo**. Nos termos de Mariani (1998:224): “O leitor-comum nem tem como perceber os processos de filiação dos sentidos, isto é, os deslocamentos e realocamentos de memória, reforçando a ilusão de unidade e transparência na relação das multiplicidades do presente e das indicações do que pode vir a ser”. Daí que “marajá”, “ocioso”, “incompetente”, “castas de privilegiados”, entre outros, mostraram o encontro da língua com o ideológico, construindo a imagem de “funcionário público civil”, (silenciamento sobre os “funcionários públicos militares”), majoritariamente do Poder Executivo (em seus vários níveis) e das estatais brasileiras como um **inimigo a se combater**.

A imagem de inimigo, disseminada por meio do discurso jornalístico-político, aponta para a definição de discurso jornalístico como um **discurso sobre**, no caso sobre o sujeito do trabalho do setor público. Orlandi (1990:37) afirma, com relação ao “discurso sobre”:

*Consideramos que os ‘discursos sobre’ são uma das formas cruciais da institucionalização dos sentidos. É no ‘discurso sobre’ que se trabalha o conceito de polifonia. Ou seja, o ‘discurso sobre’ é um lugar importante para organizar as diferentes vozes (dos discursos de). Assim, o discurso **sobre** o samba, o*

*discurso sobre o cinema é parte integrante da arregimentação (interpretação) dos sentidos do discurso do samba, do cinema, etc.*

A empresa jornalística, como lugar de enunciação, apresenta sua prática discursiva em torno de **discursos sobre**, organizando, disciplinando a memória e a reduzindo. Como foi percebido por meio dos recortes discursivos, predominaram **alguns "discursos sobre"** o funcionário público, discursos que contribuíram para a construção e disseminação de uma imagem depreciativa, de inimigo. Mas inimigo de quem?

As várias vozes presentes nas enunciações jornalísticas de *O Estado* e do *Diário Catarinense*, no período de **1989 a 1994**, enunciavam "em nome":

*Da sociedade que paga / da população / dos reféns / do povo / do povo brasileiro / da comunidade / do usuário de serviços essenciais / da população catarinense / do conjunto da sociedade catarinense / dos contribuintes pasmos e inertes / do contribuinte / do povo que passa fome / da moralização e dos fins das mordomias / da sociedade brasileira / da pobreza em geral e do sacrifício que os empresários e setores privados estão fazendo para guindar o país do fundo do poço*

Por meio do funcionamento "*em nome de*", as enunciações jornalísticas se colocaram como porta-vozes contra o inimigo comum. A exemplo do que foi observado na análise das designações e predicções, também nas enunciações jornalísticas "*em nome de*", o funcionário público não é visto como parte do povo, da população catarinense, da sociedade brasileira, sendo excluído desses lugares, acaba constituindo um outro lugar, o lugar de inimigo.

Um outro aspecto é que, neste período (1984 a 1994), a determinação referencial "*em nome de*" apresenta, predominantemente, uma filiação histórica a formações discursivas sócio-históricas que se encontram no campo social, em torno

de temas que contemplam a sociedade integralmente, presentes na materialidade lingüística de nomeações como "povo", "população", sociedade catarinense etc.

Já de 1995 a 1998, ocorre um deslocamento de sentido, e a imagem de inimigo é construída "em nome" do **contribuinte**. Este termo já aparece nas enunciações do período Collor, porém de forma predominante, para não dizer exclusiva, em FHC. O termo "contribuinte" filia-se às formações discursivas sócio-históricas em torno do discurso econômico. Neste sentido, penso ser pertinente a reflexão de Zoppi-Fontana (1996:3) quando trata a respeito da *"sobreimposição interpretativa do discurso econômico (notadamente de filiação neoliberal), em relação a definição de espaço público"*. Dialogando com este trabalho, posso dizer que, em relação ao funcionário/setor público, também são utilizados conceitos do campo econômico para decidir questões que implicam, de fato, na reconfiguração simbólica do setor público, bem como na reconfiguração simbólica do modelo de Estado (metáfora do Estado paternalista e do Estado moderno), com conseqüências diretas na **reconfiguração administrativa** da forma-sujeito que presta serviço para o Estado.

As enunciações que circulam nos jornais *O Estado* e o *Diário Catarinense* sustentam sua discursividade em torno de uma desqualificação do setor público, apresentam o setor privado como o referencial a ser seguido. Não se pode esquecer que os jornais, em análise, enunciam do lugar constituído pela empresa privada. Assim, o que é dito nos jornais (e nos analisados) está fortemente ligado a uma produção de consenso, em determinado período social-histórico e em nome de determinados seguimentos da sociedade.

*O Estado* apresenta sua discursividade e existência sustentadas na "tradição", ou no fato de pertencer à "gente catarinense". Assim, mostrou na sua prática jornalística, por meio dos recortes discursivos analisados, que esta tradição é a

tradição de alguns setores da sociedade, no caso, injunção à interpretação sobre o setor público e os sujeitos que nele trabalham sob a ótica do setor privado, sempre no sentido de desqualificá-los e depreciá-los, elevando ao máximo o poder e autoridade do setor privado sobre o setor público.

Pelo mesmo caminho seguiu o *Diário Catarinense*, dentro da mesma **ordem discursiva**, qual seja, a sobreposição do setor privado ao público.

Os discursos jornalístico-políticos de *O Estado* e do *Diário Catarinense* não colocaram em discussão as diferenças entre a ordem pública e a ordem privada, como por exemplo, a ordem privada tem como objetivo o fator econômico (a lucratividade), em contrapartida, o setor público tem como objetivo a prestação de serviço à sociedade (a gratuidade). Essa diferença e suas possíveis conseqüências, não foram problematizadas pelos discursos dos jornais durante o período analisado.

A ordem discursiva, nas enunciações jornalístico-políticas, destacadamente, no discurso fundador, período FHC, funcionaram no sentido da homogeneização da interpretação, impossibilitando o aparecimento de outros discursos que tratassem desta temática sob uma ótica discursiva diferente.

# Referências Bibliográficas

BRANDÃO, H.H.N. *Introdução à análise de discurso*. 4ªed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995

CELADA, M.T. *A fundação de um destino para a pátria Argentina*. In ORLANDI, E.P. (org). *Discurso Fundador (A formação do país e a construção da identidade nacional)*. Campinas, SP: Pontes, 1993

DALLARI, A. *O que é Funcionário Público*. São Paulo : Brasiliense, 1989.

\_\_\_\_\_. *Regime Constitucional dos Servidores Públicos*. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990

FOUCAULT, M. *Arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe B. neves- 5ª. ed.- Rio de Janeiro : Forense Universitária, 1997

\_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro : Graal, 1984

FRANÇA, B.H. *O barnabé : consciência política do pequeno funcionário público*. São Paulo : Cortez, 1993

GADET, F. e HAK, T. (orgs). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1987

GUIMARÃES, E. *Os limites do sentido*. Campinas : Pontes, 1995

INDURSKY, F. *A fala dos quartéis e outras vozes*. Campinas, SP : Editora da UNICAMP, 1997

MARIANI, B. *Narrativas e rituais enunciativos na imprensa: a "intentona " de 35*. In ALBINO, A et all. *Produção e recepção dos sentidos midiáticos*. Petrópolis, RJ : Vozes, 1998

\_\_\_\_\_. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais(1922-1989 )*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas: UNICAMP, 1998

\_\_\_\_\_. *Os primórdios da Imprensa no Brasil (ou: De como o discurso jornalístico constrói memória*. In ORLANDI, E.P. (org). *Discurso Fundador (A formação do país e a construção da identidade nacional)*.Campinas, SP : Pontes, 1993

MORAIS, F. *Chatô : o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand*. SP : Companhia das Letras , 1994

NETO, D.F.M. *Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos: Na Constituição de 1988*. 2ª ed, Rio de Janeiro, RJ : Lumen Juris, 1991

ORLANDI, E.P. *As formas do silêncio : no movimento dos sentidos*. 4ªed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997

\_\_\_\_\_ (org) *Discurso Fundador (A formação do país e a construção da identidade nacional)*. Campinas, SP : Pontes, 1993

\_\_\_\_\_ *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 2ª ed- Campinas, SP: Pontes, 1987

\_\_\_\_\_ *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 1999

\_\_\_\_\_ *Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996

\_\_\_\_\_ *Terra à vista ! Discurso do confronto: velho e novo mundo* - São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade de Campinas, 1990

PÊCHEUX, M. *O discurso : estrutura ou acontecimento*. Trad. Eni P. Orlandi. 2ª ed - Campinas, SP : Pontes, 1997

\_\_\_\_\_ *Semântica e discurso : uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas : Editora da UNICAMP, 1988

\_\_\_\_\_ *Sobre a (des)construção das teorias lingüísticas*. Trad. Faustino da Silva, In *Institutos de Letras. Cadernos de Tradução*, n.4, UFRGS, Outubro de 1998

PEREIRA, M. *Imprensa e poder: a comunicação em Santa Catarina*. Florianópolis: Lunardelli: FCC Edições, 1992

PINTO, C.R.J. *Collor - A nova roupagem no velho*. UFRGS, 1991

OURIQUES, N.D. & RAMPINELLI, W.J. (orgs). *No fio da navalha: críticas das reformas neoliberais de FHC*. São Paulo: Xamã, 1997

ZOPPI-FONTANA, M.G. *Camelôs e o direito à cidades*. UNICAMP, 1996

\_\_\_\_\_ *Cidadãos modernos: discurso e representação Política*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997

\_\_\_\_\_ *Sonhando a pátria: os fundamentos de repetidas fundações*. In ORLANDI, E.P. (org). *Discurso Fundador (A formação do país e a construção da identidade nacional)*. Campinas, SP : Pontes, 1993